A COOPERAÇÃO EM SEGURANÇA E DEFESA ENTRE BRASIL E ARGENTINA E A EXISTÊNCIA DE UMA COMUNIDADE DE SEGURANÇA BILATERAL

RESUMO

Durante a maior parte do século XX, nota-se que o relacionamento entre Brasil e Argentina era permeado pela desconfiança mútua, e a atuação de ambos se baseou em dinâmicas como balança de poder e dilema de segurança. Esta desconfiança tem origem na formação da identidade internacional desses países, já que a colisão das aspirações de ambos influenciou na consolidação da percepção de rivalidade entre estes. Apenas no fim da década de 1970, surgiram condições que permitiram a extinção da desconfiança, e na década seguinte Brasil e Argentina assinaram uma série de acordos, os quais abordaram desde temas econômicos àqueles no campo da política nuclear. Na década de 1990 verifica-se a ascensão da cooperação bilateral em Segurança e Defesa, a qual teve seguimento no início do século XX, o que é visto em documentos bilaterais sobre estes temas. Este trabalho pressupõe que o atual desempenho da cooperação entre Brasil e Argentina pode ser explicado pela existência de uma comunidade de segurança pluralística bilateral. Será averiguada a presença de condições que apontem a existência de uma comunidade de segurança, por meio da análise dos documentos de Defesa nacionais e bilaterais assinados entre os países em questão.

Palavras-chave: Comunidade de segurança. Segurança e Defesa. Cooperação. Argentina. Brasil.

ABSTRACT

During most part of the twentieth century, it is shown that the relationship between Brazil and Argentina was permeated by mutual distrust, and both countries' actions were based on dynamics such as balance of power and security dilemma. This distrust stems from the shaping of the international identity of these countries, whereas the collision of the ambitions from both had an influence over the setting of the perception of rivalry between them. It was only at the end of the 1970s that the conditions which would allow the dissolution of mutual distrust emerged. On the following decade, Brazil and Argentina signed a number of treaties ranging from economic to nuclear issues. During the 1990s it is seen the rising of the bilateral cooperation in Security and Defence, which had followed-up at the beginning of the twenty-first century. This continuity is seen on bilateral documents about these issues. This work assumes that the current performance of the cooperation between Brazil and Argentina can be explained by an existing pluralistic security community at the bilateral level. The presence of indicators that point to an existent security community will be ascertained through the analysis of the national and bilateral Defence documents signed between the countries concerned.

Keywords: *Security community. Security and Defence.Mutual trust. Argentina. Brasil.*

LISTA DE ABREVIATURAS

2ª GM - Segunda Guerra Mundial

ABACC - Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares

AMC - Aera Material Córdoba

CDS - Conselho de Defesa Sul Americano

CEED - Centro de Estudos Estratégicos de Defesa

COBEN - Comissão Binacional de Energia Nuclear

EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica

END - Estratégia Nacional de Defesa

EUA - Estados Unidos da América

FAdeA - Fábrica Argentina de Aviões

FINA - Federación de la Industria Naval Argentina

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Internacional

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONU - Organização das Nações Unidas

PDN - Política de Defesa Nacional

PIVIC - Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica

PSA - Projetos de Sistemas de Armas

SINAVAL - Sindicato Nacional da Indústria de Construção e Reparação Naval e Offshore

ZOPACAS - Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve origem em uma pesquisa no âmbito do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC). O projeto "O Brasil e a Cooperação em Defesa e Segurança na América do Sul" buscou avaliar os motivos da cooperação do Brasil com os países da região, partindo do pressuposto que a literatura analisada identifica uma inflexão da postura brasileira a respeito da cooperação em defesa no segundo mandato do presidente Lula da Silva, indicando uma "volta ao realismo" através de uma estratégia de defesa com os países da América do Sul. A partir do plano de trabalho "Análise do Perfil dos Acordos de Cooperação em Defesa e Segurança do Brasil com países do Cone Sul" foi elaborada a pergunta de pesquisa, já que a maioria dos documentos bilaterais com esses países foram assinados com a Argentina, o que é visto na Tabela 1 no apêndice.

Dessa forma, o presente trabalho visa analisar a cooperação bilateral entre Argentina e Brasil na área de Segurança e Defesa, nos governos Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio da Silva, abrangendo o período entre 1995 e 2010. Será avaliada a hipótese de que a continuidade da cooperação e o maior escopo desta nos documentos bilaterais assinados durante o governo Lula podem ajudar na verificação da existência de uma comunidade de segurança pluralística entre esses países. Ou seja, o trabalho buscará identificar nos documentos analisados e na revisão histórica do período citado condições da formação de uma comunidade de segurança. Trata-se portanto de uma hipótese positiva, devido à busca da confirmação da teoria de comunidades de segurança no caso das relações Brasil-Argentina.

Ao avaliar a trajetória do relacionamento entre Brasil e Argentina e da cooperação em Segurança e Defesa entre estes, é possível afirmar que existe uma comunidade de segurança pluralística em âmbito bilateral? A hipótese principal defendida neste trabalho pressupõe que a cooperação bilateral nestes temas pode ser explicada pela existência de uma comunidade de segurança bilateral – ou seja, a comunidade nos ajuda a entender como a cooperação no tema em questão pode evoluir. De acordo com Deutsch *et al.* (1954), uma comunidade de segurança emerge quando os membros desta não cogitam recorrer ao uso da força para resolver suas controvérsias. Nota-se que os países em questão têm insensificado sua integração bilateral nas últimas décadas em diversos campos – com destaque não apenas para o campo econômico, como também para o de Segurança e Defesa – e há uma percepção mútua de parceria estratégica entre ambos principalmente no

início do século XXI, como é visto nas declarações dos presidentes dos países nesse período.

Portanto, por meio da revisão de documentos e da literatura sobre cooperação, Segurança e Defesa, será investigada a evolução da cooperação entre Brasil e Argentina nesse tema, países que no século anterior apresentaram um histórico de desconfiança mútua. Para a lógica da literatura neorrealista e realista tradicional das Relações Internacionais – como Waltz e Morgenthau – a cooperação em geral é algo menos provável, devido ao risco de defecção e incertezas sobre a atuação futura dos Estados, já que, para estas teorias, um aliado pode converter-se em um potencial inimigo. O caso selecionado buscará avaliar a possibilidade da cooperação alcançada por países anteriormente antagonistas ou competidores, cujo relacionamento baseava-se no balanceamento de capacidades[1], que converteram-se em parceiros estratégicos por meio da criação de medidas de confiança mútua e da integração bilateral e regional.

Antes de entender como a cooperação entre Brasil e Argentina passa a ser possível, é importante revisar o conceito de cooperação. Keohane (1984) expõe o conceito de harmonia para explicar do que se trata cooperação, diferenciando-os. Harmonia de interesses ocorre quando "[…] *actor's policies (pursued in their own self-interest without regard for others) automatically facilitate the attainment of other actors)*"[2], e assim não haveria necessidade de cooperação. Esta, distinguindo-se de harmonia,

> "[…]*requires that the actions of separate individuals of organizations – which are not in pre-existent harmony – be brought into conformity with one another through a process of negotiation, which is often referred to as 'policy coordination'*"[3] (KEOHANE, 1984:51).

Portanto, determinado ator deve adequar seu comportamento em relação às preferências dos demais, para que os interesses de todos os membros de um arranjo cooperativo sejam alcançados de forma mais fácil. Esta adequação do comportamento é feita por meio de ameaças/sanções ou concessões. Dessa forma, a cooperação tem caráter político, e ocorre em um ambiente permeado por conflitos de interesse.

---

[1]De acordo com Adler e Barnett (1998), a teoria da balança de poder é um dos meios pelos quais os realistas explicam a não ocorrência de guerras. Estas teriam sido impedidas devido à formação de alianças para contrabalancear uma possível ameaça regional.

[2]"as políticas dos atores (perseguidas em seu interesse próprio sem levar em consideração os demais) automaticamente facilitam o alcance do interesse de outros atores" (KEOHANE, 1984; 51, tradução nossa).

[3]"requer que as ações de indivíduos separados em organizações – as quais não estão presentes na harmonia pré-existente – sejam postas em conformidade com as ações dos demais através de um processo de negociação, ao qual é comumente conhecido como 'coordenação de políticas'" (KEOHANE, 1984; 51, tradução nossa).

A cooperação bilateral não beneficia apenas ao Brasil. Por um lado, a parceria com a Argentina e a superação das rivalidades com esta podem contribuir para o fortalecimento da liderança brasileira na América do Sul por meio da "cordial inteligência política", que, de acordo com Candeas (2010), pressupõe uma liderança baseada na legitimidade concedida pelos vizinhos, em contraste a uma contestável hegemonia. Já para a Argentina, o país seria parceiro estratégico do maior detentor de capacidade militar da região, podendo beneficiar-se da transferência de tecnologia e do apoio à busca de seus interesses, por exemplo. Ao mesmo tempo, a Argentina não consideraria o Brasil como concorrente ou ameaça à sua busca de interesses.

Como mostra a literatura analisada, Brasil e Argentina basearam seu relacionamento, durante o século XX, em dinâmicas competitivas e conflituosas, como balança de poder e dilema de segurança. Nota-se que tais dinâmicas se flexibilizaram em direção à cooperação a partir do fim da década de 1970, com a construção da usina hidrelétrica de Itaipu-Corpus, e na década de 1980 essa aproximação mostra continuidade, quando ambos demonstram predisposição a cooperar. A cooperação nesta década, a princípio de cunho econômico e nuclear, também obteve êxito em outras áreas, uma delas visivelmente a de Segurança e Defesa (HURRELL, 1998).

Como será visto nos documentos bilaterais na área de Segurança e Defesa, buscou-se estabelecer a cooperação a respeito do intercâmbio de experiências operacionais no setor militar e de ciência e tecnologia nesta área, além do treinamento para envio de tropas para operações de paz, como é visto por volta de 2004. O Brasil assumiu a liderança no componente militar da "Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti" (MINUSTAH), que foi aceita pelos países que participaram de tal operação, entre eles a Argentina. Seriam o intercâmbio de informações e o treinamento conjunto, por exemplo, condições da existência da comunidade de segurança entre Brasil e Argentina?

Além disso, as seguintes hipóteses secundárias serão testadas: a primeira sugere que, devido à superação de desconfianças e ao descarte do uso da guerra, os países em questão resolvem cooperar em áreas sensíveis, havendo portanto o aprimoramento na cooperação em áreas conhecidas como "alta política" ("*high politics*"), como o intercâmbio de experiências e informações. A segunda hipótese verificará se a continuidade da cooperação pode ser explicada por meio da busca do cumprimento dos objetivos determinados nos documentos nacionais de Defesa do Brasil e da Argentina, para o fortalecimento deste setor nestes países. Ambos buscariam cooperar entre si para alcançar

este interesse estratégico, já que devido à existência de uma comunidade de segurança, os países cooperam nesta área. Serão analisados os documentos de Brasil – Política de Defesa Nacional (PDN 1996 e PDN 2005), Estratégia Nacional de Defesa (END 2008) e o Livro Branco de Defesa Nacional (2012) – e Argentina – as edições de 1999 e de 2010 do Livro Branco da Defesa da República Argentina.

Este trabalho empregará a metodologia qualitativa, utilizando-se do método de estudo de caso para avaliar a cooperação entre Brasil e Argentina em Segurança e Defesa. De acordo com Landman (2008), entre as funções desse método estão descrição contextual, classificação, geração de hipóteses, confirmação ou negação de teorias, além da avaliação de processos políticos que possam dar origem a mecanismos causais entre diversas variáveis. Este método apresenta maior risco de viés de seleção, pois a escolha do caso é intencional. Contudo, tal procedimento pode ser justificado pela relevância de processos históricos, como a formação do entendimento político entre diferentes unidades. Além disso, o estudo de caso possui vantagens como a operacionalização, identificação, aperfeiçoamento e teste de variáveis.

O estudo de caso, para Kacowicz (2002) é uma estratégia de pesquisa positivista "suave", já que, para o autor, o campo da Segurança Internacional não pode lidar apenas ou exclusivamente com inferências causais ou estatísticas, e dessa forma é possível testar argumentos teóricos em termos empíricos. Além disso, o estudo de caso não tem como objetivo a generalização de uma teoria, já que nas relações entre Brasil e Argentina, os países tiveram experiências únicas no seu relacionamento ao longo do século XX e início do século XXI.

Por meio da revisão de literatura, será feita a descrição contextual por intermédio do *process tracing*, método pelo qual são identificados os processos causais entre a variável independente e a variável dependente (GEORGE; BENNETT, 2005). Neste trabalho, a variável independente é a existência de uma comunidade de segurança, que ajudaria a explicar a cooperação em Segurança e Defesa, sendo esta a variável dependente. As observações na análise dos processos, de acordo com George e Bennett (2005), devem ser interligadas para que seja provida a explicação do caso. Ou seja, por meio de uma análise histórica detalhada, será avaliado se o caso em questão enquadra-se ou não em uma

comunidade de segurança. Além disso, serão analisados os documentos – bilaterais[4] e nacionais – para identificação dos interesses e para testar as hipóteses secundárias.

É válido lembrar que também serão analisados além dos acordos outros documentos, como Declaração Conjunta, Comunicado Conjunto e Memorando[5]. Além disso, todos os documentos assinados com a Argentina têm o *status* jurídico vigente. Dessa forma, este trabalho buscará avaliar o atual estado de cooperação entre Brasil e Argentina, país que anteriormente atuava antagonicamente ao Brasil na região.

Este trabalho inicia-se analisando o histórico das relações bilaterais, sendo expostas as dinâmicas de concorrência e a superação destas a partir do fim da década de 1970. Em seguida, será abordado o marco teórico que justifica a classificação do relacionamento entre Brasil e Argentina como uma comunidade de segurança. A terceira etapa consistirá na revisão de documentos de Defesa dos países mencionados. Posteriormente, serão expostos os objetivos das Declarações Conjuntas e dos Acordos assinados entre 1995 e 2010. Concluída esta etapa, analisa-se como estes documentos podem fornecer condições de uma comunidade de segurança entre os países em questão. Por fim, serão elencadas as considerações finais.

---

[4]Disponíveis na seção do banco de dados do sítio do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (*http://dai-mre.serpro.gov.br.*)

[5]Segundo Amaral Júnior (2008), os tratados são acordos formais, assinados entre os sujeitos do direito internacional público (no caso dos acordos analisados, os Estados), com objetivo de produzir efeitos jurídicos. Em contraste, declaração conjunta ou comunicado conjunto expressam as intenções dos presidentes, porém sem o mesmo nível de obrigação observado nos tratados.

1 HISTÓRICO DO RELACIONAMENTO ENTRE BRASIL E ARGENTINA (SÉCULO XX – INÍCIO DO SÉCULO XXI)

Antes de verificar a hipótese da existência de uma comunidade de segurança entre Brasil e Argentina, faz-se necessário revisar o histórico[6] das rivalidades e do surgimento da cooperação entre ambos os países. Posteriormente, será detalhado o marco teórico que ajudará a compreender a existência da comunidade de segurança entre eles.

Embora o foco da revisão histórica seja o século XX e o início do século XXI, é importante frisar que no século XIX tiveram início as percepções de rivalidades entre Brasil e Argentina. Winand (2010) argumenta que um dos fatores que contribuíram para a formação da identidade internacional do Brasil foi o relacionamento com a Argentina[7]. Para a autora, este componente é um elemento de longa duração, significando a relação entre a visão de si próprio e sobre o outro. A autora expõe a percepção da Argentina como rival a partir da formação da identidade brasileira. As aspirações brasileiras ao desenvolvimento e sua grandiosidade territorial confrontavam com os interesses argentinos, merecendo destaque a competição na área da Bacia do Rio da Prata. Esta região foi palco da Guerra da Cisplatina (1825-1828) e da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) entre Argentina, Brasil e Uruguai contra o Paraguai. Segundo Winand (2010, p. 33)

> (...) a percepção de grandeza, que espiritualmente antecede a existência concreta do Estado brasileiro, é implícita às mais importantes aspirações nacionais do futuro e foi na base deste ideário que o Brasil veio a perceber a Argentina como uma rival natural e vice-versa, uma vez que a auto-imagem daquela também fora baseada em percepções de grandeza e superioridade em relação aos vizinhos. Tal como no caso do Brasil, a identidade internacional da Argentina se formou como reflexo dos desígnios que a antiga metrópole espanhola lhe guardava. Também sua independência não significou uma libertação absoluta da política de sua metrópole. Assim, foi com baliza na compreensão geopolítica da área de influência administrativa do chamado Vice-Reinado do Prata, que a idéia de "Grande Argentina" passou a ser sustentada, sendo estendida até o século XX.

Winand (2010) e Granato (2012) apontam a continuidade das tensões entre os países durante o século XX. De acordo com este, os planos de reaparelhamento da Marinha do Brasil, em 1904, incentivaram a desconfiança argentina. Inclusive, havia o temor de que o Brasil seria o aliado norte-americano encarregado de manter a Doutrina Monroe na América do Sul, exercendo portanto a hegemonia da região. O autor classifica esse período

---

[6] Para maiores informações, ver "Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)", de Bóris Fausto e Fernando Devoto.

[7] Embora também esteja presente a importância da vertente amazônica para a formação da identidade nacional do Brasil, nota-se que um dos fatores centrais para esta foram os antagonismos com a Argentina.

como "paz armada", já que estavam em andamento as negociações do pacto entre Argentina, Brasil e Chile (Pacto ABC), porém não eliminou a rivalidade entre os dois primeiros.

Segundo Winand (2010), durante o mandato de Zeballos como ministro das Relações Exteriores da Argentina – coincidente com a presidência de Alcorta (1906-1910) – são estimuladas pelo primeiro as tensões entre os países. O ministro argentino alimentou as rivalidades, desde a discordância entre tarifas alfandegárias até questões estratégicas, proferindo discursos que expressavam antagonismos em uma campanha nacional de hostilidade ao Brasil. Neste mesmo período, o Barão do Rio Branco, conhecido por suas habilidades diplomáticas, ao avaliar a postura de Zeballos, também cogitava a possibilidade de guerras. Como mostra a autora, as relações estavam claramente deterioradas, o que é visto no episódio do telegrama falsificado por Zeballos, o qual afirmava que Rio Branco estaria advertindo que Paraguai, Chile e Peru deveriam tomar providências para se precaver contra o expansionismo argentino, e que o Brasil os apoiaria para tal. Dessa forma, o relacionamento bilateral foi comprometido, estando a cooperação entre ambos em uma realidade distante (WINAND, 2010).

Winand (2010) mostra que à medida que o Brasil se industrializava, durante a década de 1910, verificava-se a continuidade da percepção de possibilidade de conflito. Além disso, a partir desse período, os países competiam pelo relacionamento privilegiado com os Estados Unidos, condição esta que poderia alçar à ascendência regional. Em momentos anteriores à Segunda Guerra Mundial (2ª GM), Brasil e Estados Unidos negociaram o arrendamento de seis *destroyers*, o que foi visto com desconfiança pela Argentina. Por sua vez, o Brasil argumenta que esse acordo com os EUA seria justificável, e a Argentina não poderia criticar o Brasil, já que esta havia encomendado à Grã-Bretanha equipamentos para sua Marinha. Após o início da 2ª GM, a autora também mostra a existência da rivalidade de ambos no apoio às potências rivais: o Brasil resolve apoiar os aliados, enquanto a Argentina declara-se favorável à Alemanha. Nota-se então o clima de corrida armamentista na época, e a autora afirma que ambos investiram internamente na rivalidade com sua contraparte, o que é visto em registros diplomáticos ou na imprensa.

Distinto da dinâmica de competição vista acima, no fim da década de 1950, Vidigal (2007) aponta a existência de um "ensaio de integração" entre Brasil e Argentina,

incentivado pela Operação Pan-Americana, idealizada por Juscelino Kubitschek[8]. Este ensaio teve continuidade no governo de Jânio Quadros, na época da Política Externa Independente do Brasil, e verificava-se na Argentina aspirações semelhantes. Tais posturas dos governos argentino e brasileiro foram incentivadas devido à percepção de que o interamericanismo promovido pelos Estados Unidos tinha caráter apenas retórico, estando vagas as propostas para o auxílio ao desenvolvimento dos países.

Vidigal (2007) mostra que nesse período, por meio do Tratado de Amizade e Consulta, Brasil e Argentina se comprometem em realizar consultas permanentes sobre seus interesses comuns, enquanto que, na área de segurança, os países concordam em pertencer ao bloco ocidental. Partindo desse pressuposto, de acordo com o autor, Quadros e o presidente Frondizi debateram questões de segurança, como o intercâmbio de informações entre as Forças Armadas e ações coordenadas para conter revoluções. Ao mesmo tempo em que o interamericanismo perdia credibilidade para os dois países, estes também demonstraram ser contrários a atuação direta ou indireta de forças extrarregionais na América, além da formulação de uma alternativa à “segurança coletiva” vigente na Guerra Fria. No entanto, estes planos não se concretizaram, devido ao golpe militar na Argentina, em 1962 (VIDIGAL, 2007).

Após o golpe, a Argentina reformulou sua política externa, alinhando-se aos Estados Unidos e enfraquecendo o relacionamento bilateral com o Brasil. Nesse período, como mostra Vidigal (2007), o país identifica-se como integrante do Ocidente desenvolvido e contrasta com a ideia de pertencer ao mundo subdesenvolvido – onde estava incluído o Brasil. Tal postura limitou as relações com o Brasil apenas ao campo comercial, porém esta mudará com a eleição do presidente Illia na Argentina, em 1963, o qual demonstrou predisposição a cooperar com os países da região, principalmente com o Brasil. Além disso, segundo Vidigal (2007), o presidente reconheceu o governo brasileiro após o golpe.

No entanto, com a ascensão dos militares no Brasil, Castelo Branco buscou aproximar-se dos EUA e demonstrar que o País é dotado de valores ocidentais. Conforme Vidigal (2007) e Candeas (2010), a postura brasileira (especialmente a do Itamaraty) suscitou nos líderes argentinos a percepção de que o Brasil estaria buscando tornar-se uma

[8]Anteriormente, na gestão de Rio Branco, foi proposto o “pacto do ABC”, cujos membros seriam Argentina, Brasil e Chile. Esta iniciativa, de acordo com Granato (2012), tratava-se de um acordo de defesa conjunta. Embora tenha mobilizado seus membros para determinadas causas – como a assinatura do Tratado Cordial de Inteligência política e Arbitragem, a fim de que seus membros pudessem intermediar no conflito entre EUA e México em 1914 – a Argentina decide não fazer parte do pacto.

grande potência, por meio dos esforços de setores econômicos importantes (como energia elétrica e siderurgia). Consequentemente, tais esforços contribuiriam para que o Brasil se tornasse o líder regional, que era o objetivo geopolítico do projeto Brasil Potência (CANDEAS, 2010). Por outro lado, Vidigal (2007) também aponta que o Brasil reconhecia suas limitações sobre sua liberdade de ação, impostas pela presença argentina em questões com os países da região. Não obstante, essas percepções não seriam um obstáculo que impediria a cooperação bilateral, esta sendo registrada no âmbito de segurança. Os casos de cooperação nessa área citados por Vidigal (2007) abordam a temática de exilados na embaixada da Argentina, além dos perigos da infiltração comunista na região através de missões comerciais da China e da influência de Cuba. Dessa forma, no debate sobre segurança, ambos se expõem comprometidos com a manutenção da segurança hemisférica.

Vidigal (2007) divide o período 1962-1966 em três subperíodos, de acordo com as trocas de governo nos países, sendo perceptíveis as descontinuidades no relacionamento bilateral devido às mudanças de governos. Para o autor, esta divisão é necessária porque não basta apenas analisar mudanças de regime político; a importância da análise de mudança de governos reside nas diferenças nas políticas econômica e exterior.

No primeiro período, entre março de 1962 a novembro de 1963, o autor mostra o distanciamento da ditadura argentina devido a fatores como desconfiança em relação ao governo Goulart no Brasil. Este apresentava supostas tendências à esquerda no espectro político, enquanto a Argentina optou pela política ocidentalista em detrimento da política terceiro-mundista. A desconfiança era recíproca. Porém, nessa fase, o Brasil buscou manter boas relações com a Argentina, levando em consideração a importância do mercado desta. Portanto, para o autor, nesse período, foram as questões de segurança que influenciaram no afastamento entre os dois países, já que temia-se a aproximação brasileira com o comunismo.

O segundo período compreende apenas seis meses, onde buscou-se a identificação de pontos comuns na política externa de ambos (como o comércio), sendo reconhecida a necessidade de um sistema de consulta prévia para melhorar a inserção internacional. Por fim, a terceira fase tem início no governo Castelo Branco (1964-1967) até o golpe na Argentina em junho de 1966. Neste último período, Vidigal (2007) aponta vários temas do diálogo, entre eles a busca pelo apoio brasileiro no caso das Malvinas e o aproveitamento hidrelétrico dos rios da região Sul do Brasil, este último dando origem às divergências

sobre a construção de Itaipu, importante marco na mudança de relacionamento entre Brasil e Argentina.

Já em 1966, o golpe na Argentina pode ter contribuído com a continuidade da aproximação em relação ao Brasil, devido à semelhança dos regimes. Segundo Vidigal (2007), ambos demonstraram preocupações em relação ao combate ao comunismo, além da ideia de amizade concreta, a qual pode ter contribuído para que os países percebessem que o bom relacionamento entre ambos seria significativo para a inserção internacional. No governo de Costa e Silva, os países debateram, na temática de segurança, questões de desarmamento e cooperação nuclear, de forma que pudessem contribuir para a paz mundial. Sobre integração regional, debatia-se a viabilidade de um Mercado Comum Latino-Americano.[9]

Em 1968 foram conduzidas as negociações para os planos de aproveitamento da Bacia do Prata, na II Reunião dos Chanceleres na Bacia do Prata, a qual estabeleceu os parâmetros para a construção de hidrelétricas (VIDIGAL, 2007). Este era um ponto sensível para a Argentina, já que o aproveitamento da bacia do Paraná poderia pesar a favor do Brasil no equilíbrio regional, além de que a questão da industrialização se tratava de uma questão de geopolítica para a Argentina, segundo Candeas (2010). Dessa forma, essa reunião visava o desenvolvimento integrado dos países, princípio em que a diplomacia brasileira buscou seguir, como mostra Vidigal (2007).

A Argentina, por sua vez, preocupava-se com a alteração dos regimes fluviais, argumentando por meio de regimes internacionais que consultas prévias à construção de obras em rios compartilhados deveriam ser obrigatórias. Este tema, segundo Vidigal (2007), não foi amplamente discutido em âmbito multilateral, sendo objeto do debate bilateral, em 1968. Porém, como mostra Candeas (2005), merece destaque a multilateralização deste tema nas negociações posteriores – que acabou sendo incluso no Tratado da Bacia do Prata, de 1969 – onde o Brasil argumentava que o princípio defendido pela Argentina colidiria com a soberania nacional. Isso contribuiu para a escalada da crise de Itaipu-Corpus, além de que a Argentina durante o governo Videla enfatizou o desenvolvimento nuclear, o qual seria uma forma de pressionar o Brasil para que este negociasse sobre o aproveitamento hidrelétrico (VIDIGAL, 2007).

---

[9] Embora o autor afirme essa percepção da necessidade de um bom relacionamento, alguns autores argumentam a prevalência da desconfiança nesta época. Como afirma Granato (2012), as desconfianças incitadas no começo da década de 1960 persistiram até os anos 1980, sendo verificadas a presença de rivalidades e ambiguidades no relacionamento bilateral.

Além disso, na época, tinha-se em mente que uma aliança com o Brasil transformaria a Argentina em subordinada a este e confirmaria a liderança na América do Sul. Como mostra Vidigal (2007), o país levava em consideração o potencial do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro:

> "(...) A referência ao império e sua concepção de 'potência territorial', vista como lenta e obsoleta, denunciava a percepção de que o Brasil já era a potência regional preponderante na América do Sul. E tal percepção estava intimamente vinculada ao proceso político interno e à atuação dos setores dirigentes da Argentina." (VIDIGAL, 2007, p. 126).

Porém, estas preocupações não anulariam tentativas de cooperação, e o presidente Lanusse (1971-1973) assinou no início da década de 1970 uma série de acordos com o Brasil, visando à cooperação nas áreas de comunicações, turismo e no sistema rodoviário de ambos, por exemplo. No entanto, o presidente buscou moldar a política externa argentina pela "Manobra Lanusse", a qual buscaria uma aproximação com os vizinhos a fim de evidenciar oposições argentinas entre estes e o Brasil. Vidigal (2007) conclui, portanto, que enquanto a Argentina era contrária às aspirações geopolíticas do Brasil, esta reconhecia ao mesmo tempo a necessidade do fortalecimento da integração regional.

Vidigal (2007) aponta que esta percepção teve continuidade no governo de Perón (1973-1974), embora pesassem para este as divergências com o Brasil sobre a utilização dos rios internacionais. A diplomacia argentina, por sua vez, buscou evitar a deterioração do bom diálogo às custas das discussões sobre Itaipu. Além disso, Perón considerava a integração bilateral um primeiro passo para a integração regional. Embora houvessem alguns pontos de tensão vistos pela Argentina – além de Itaipu, a possível aquisição da Guiana Francesa pelo Brasil, por exemplo – não houve retrocesso na aproximação, e Vidigal (2007) aponta que no diálogo bilateral seriam mais ressaltadas as semelhanças que as diferenças.

Posteriormente, foi superado o breve afastamento durante o período de crise política da Argentina após a morte de Perón (1974), e o autor atribui tal aproximação em parte à experiência da cooperação na área de informações através da Operação Condor[10]. Portanto, é a partir de 1976 que tem início a aproximação bilateral, tendo a Argentina se esforçado para suprimir fatores que suscitassem desconfiança no Brasil. Vidigal (2007) relata que uma das prioridades da chancelaria argentina era o entendimento com o Brasil,

---

[10] A Operação Condor buscou estabelecer no Cone Sul a cooperação na área de segurança, a fim de conter movimentos de esquerda.

tendo o presidente argentino considerado que o princípio de consultas prévias sobre aproveitamento hidrelétrico não havia sido legitimado e respeitado pelo Brasil.

Dessa forma, nas negociações de 1977 houve uma flexibilização nas discussões sobre Itaipu, sendo o problema considerado mais em sua dimensão econômica que geopolítica, e como mostra Winand (2010), foi assinado o Acordo Brasil-Paraguai-Argentina para a cooperação técnico-operativa de Itaipu-Corpus, em 1979. Para Winand (2010), dois grandes motivos teriam favorecido o entendimento nesta questão: a crise dos países latino-americanos e o empenho argentino em mitigar rivalidades. Cabe ressaltar que as negociações dessa época também trataram da política nuclear. Além disso, de acordo com Candeas (2010), na época destas negociações os líderes das Forças Armadas da Argentina demonstraram predisposição à aproximação e ao diálogo com o Brasil, instruindo o diplomata Camilión para que dialogasse cordialmente com sua contraparte.

Semelhante a Vidigal (2007) e Winand (2010), Hurrell (1998) parece concordar a percepção de rivalidades entre Brasil e Argentina começa a desfazer-se na segunda metade da década de 1980, por meio da assinatura de uma série de acordos bilaterais que deram origem à cooperação institucionalizada na região. Na década de 1990, após o amadurecimento dessa proposta no campo econômico, culminando no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), também foram empregados esforços para acordos sobre controle de armas, medidas de construção de confiança mútua, diminuição dos gastos militares e mudança da postura militar para uma orientação defensiva, os quais são algumas das condições da existência de uma comunidade de segurança. Também é importante mencionar o posicionamento brasileiro a respeito da discordância sobre as ilhas Malvinas/Falkland entre Reino Unido e Argentina, onde a neutralidade do Brasil neste tópico era tacitamente favorável à Argentina, já que esta contou com o auxílio militar de seu vizinho (GRANATO, 2012).

Uma das condições para a formação de uma comunidade de segurança é a expectativa de mudança pacífica, onde os países não esperam enfrentar-se em um conflito militarizado. Hurrell (1998) mostra que tal expectativa entre os países em questão na década de 1970 era algo improvável, devido a três principais discordâncias, as quais estavam relacionadas: i) ao aumento da competição pela influência sobre os Estados tampões[11] (Bolívia, Paraguai e Uruguai); ii) à questão do uso dos recursos hidrelétricos da

[11]De acordo com Buzan e Weaver (2003), um Estado tampão se localiza dentro de um complexo de segurança, e tem a função de separar poderes rivais na região.

bacia do rio Paraná; e iii) à questão nuclear, cuja controvérsia teve seu auge após a aquisição brasileira de tecnologia nuclear da Alemanha Ocidental. De acordo com o autor, devido a tais controvérsias, no início dos anos 1980 esperava-se que a região se tornaria mais conflituosa, e que teria início uma era de políticas de poder e realismo entre os países.

Não obstante, essa projeção de cenário não se concretizou, já que no fim da década de 1970 ambos os países estavam caminhando para a desconstrução da desconfiança. Nesse período houve mudanças sobre a política nuclear, já que a cooperação entre Brasil e Alemanha Ocidental nesse campo não estava sendo produtiva e, ao mesmo tempo, a Argentina – que na época superava o Brasil na área de tecnologia nuclear – percebeu que o desenvolvimento de um programa nuclear paralelo com o Brasil traria benefícios, além de que uma corrida nuclear seria custosa e contra-produtiva (HURRELL, 1998).

Portanto, é na segunda metade da década de 1980 que se tem início do avanço da cooperação, e os presidentes Sarney e Alfonsín assinaram acordos nas áreas de produção de energia e questões nucleares, além da projeção da consolidação de um mercado comum no período de dez anos. Nesse período, como mostra Candeas (2010), era necessário "a criação de uma rede de interesses permanentes, imunes aos eventuais desentendimentos governamentais." (CANDEAS, 2010, p. 215). Hurrell (1998) argumenta que o fim das tensões foi proporcionado pela comunicação entre os países, já que, à medida que o Brasil prosperava economicamente e se isolava de certa forma de seus vizinhos, maiores eram as incertezas sobre o país, o que contribuiu para a vigência das tensões. Além disso, o autor aponta a importância da transparência no período de redemocratização para o estabelecimento de medidas de confiança mútua.

No entanto, embora para Hurrell (1998) os interesses comuns e a maior confiança tenham levado à institucionalização e à previsibilidade da atuação dos países no início da década de 1990, na segunda metade desta década observa-se uma deterioração no relacionamento bilateral. Candeas (2010) afirma que, a partir do segundo mandato de Menem em 1996, ao mesmo tempo em que houve avanço no campo econômico por meio do MERCOSUL, é visível o descompasso político no âmbito internacional, em temas como segurança hemisférica e o alinhamento aos EUA, ao qual a Argentina era favorável.

Posteriormente, com o agravamento da crise da economia argentina, o governo De La Rua priorizou o relacionamento com países desenvolvidos, sendo contrário aos primeiros esforços de fortalecimento da integração regional (CANDEAS, 2010). Spektor (2008) também aponta o surgimento de divergências bilaterais, afirmando que a crise na

Argentina fez com que esta adotasse uma postura não cooperativa, além de recomendar ao Brasil a adoçãodo sistema de fundo de estabilização cambial, o que aumentou as pressões para que o país aceitasse os pacotes de reforma econômica recomendados pelo Consenso de Washington. Além disso, a Argentina negociou sua entrada na OTAN e descumpriu regras do MERCOSUL. Ao mesmo tempo, o Brasil avaliou a possibilidade de expansão do Mercado Comum para reduzir a influência argentina no bloco (SPEKTOR, 2008).

Contudo, não se verificou uma volta à política de balança de poder e à percepção de rivalidades entre ambos. Em 2002 era visível que a estratégia de alinhamento ao mundo desenvolvido para combater a crise não foi eficiente para a Argentina, e nesse momento, de acordo com Candeas (2010), o Brasil se tornou o maior investidor no mercado argentino, enquanto investidores norte-americanos e europeus retiraram seu capital do país. É também nesse período que é confirmada a importância da integração e da agenda bilateral, tendo início uma convergência que é aprofundada no governo Lula. Candeas (2010) aponta que os presidentes afirmavam a necessidade de uma estratégia de integração industrial pensando não apenas na competitividade, mas também no aumento da oferta de empregos. Além disso, os presidentes trataram de temas como intensificação da integração física, energética e da coordenação macroeconômica no MERCOSUL, objetivando a um aprofundamento da aliança estratégica, a qual se tornaria motor da integração sul-americana (CANDEAS, 2010). Como mostra o autor, é importante lembrar que a Argentina não contestou a posição brasileira de liderança em tais projetos.

A postura de aproximação argentina teve continuidade no governo de Néstor Kirchner, cuja meta era a reconstrução do país, onde se optou pelo distanciamento em relação aos EUA e pelo favorecimento à integração regional. É visível o aprofundamento do diálogo bilateral, além da percepção de ambos sobre a importância do MERCOSUL para a consolidação de valores sul-americanos – como a democracia e a integração para o combate às desigualdades sociais – e para inserção internacional. Outro momento importante foi a assinatura da Ata de Copacabana, quando se buscou coordenar a atuação do Brasil e da Argentina frente às pressões do FMI (CANDEAS, 2010). Nota-se também que a gestão de Cristina Kirchner teve diretrizes semelhantes à de seu antecessor.

Também é notável que a cooperação em Segurança e Defesa teve continuidade, e por meio de documentos diplomáticos é confirmada a importância da cooperação entre ambos os países, especialmente nas áreas de alta política (no caso deste trabalho, no âmbito da Defesa). No período entre 1995 e 2010 foram encontrados 11 documentos bilaterais

sobre Segurança e Defesa – entre eles Acordos e Declarações Conjuntas – nos quais os presidentes identificam pontos cruciais para a cooperação nessa área. Nota-se uma maior visibilidade da cooperação nos documentos assinados durante o governo Lula da Silva (2003-2010), com abordagens mais específicas sobre determinados temas. Portanto, serão investigadas as causas da continuidade e de uma maior abordagem de temas da cooperação bilateral entre os países.

Tendo em vista o histórico das relações bilaterais, é possível evidenciar a formação de uma comunidade de segurança pluralística entre Brasil e Argentina? Esta pode ser verificada por meio de diversas condições fornecidas pela teoria de comunidades de segurança, e este trabalho buscará identificar tais condições durante o período de análise (1995-2010), mediante a revisão de documentos nacionais e bilaterais e da revisão do histórico do relacionamento bilateral nesse período.

2 MARCO TEÓRICO

O marco teórico que guiará esta pesquisa é a teoria de comunidades de segurança, inicialmente elaborada pela perspectiva de Deutsch *et al.* (1954), e complementada pelas contribuições de Adler e Barnett (1998). Antes de detalhar esta teoria, serão analisados alguns aspectos sobre Cooperação em Segurança e Defesa.

2.1 Cooperação em Segurança e Defesa

As teorias de Relações Internacionais buscam entender o funcionamento e as dinâmicas do sistema internacional, sendo um dos temas de estudo a possibilidade da cooperação em um ambiente anárquico para que essa seja cumprida. Embora tenha início na teoria funcionalista com a perspectiva de Deutsch *et al.* (1954), a discussão sobre comunidades de segurança no âmbito do Construtivismo ajudará a entender como foi possível a evolução dos entendimentos entre Brasil e Argentina.

Na segunda metade do século XX, especialmente a partir da década de 1970, o debate sobre cooperação se destaca nas teorias de Relações Internacionais. Para os neoliberais, a cooperação deve se suceder sob organizações internacionais, as quais são responsáveis pelo fornecimento das técnicas para o funcionamento da cooperação, além da promoção de comunicação entre os atores. Dessa forma, a ação coletiva seria guiada para o alcance de um objetivo comum (SMOUTS, 2004). Haas (*apud* Marra, 2008) também contribui para a discussão do tema, ao desenvolver o conceito de "*spill over*". Para o autor, neste processo os benefícios adquiridos com a cooperação por meio de instituições em determinado setor tende a incentivar a cooperação em outras áreas (Haas *apud* Marra, 2008).

Keohane (1984) aponta que a cooperação em matéria de política é mais difícil de ser organizada que aquela em matérias econômicas. O autor vai de encontro ao argumento de que a cooperação é possível apenas pela liderança de uma hegemonia. A cooperação, para ele, será possível quando existem interesses em comum, o que poderá resultar no estabelecimento de regimes. Estes, por sua vez, darão continuidade à cooperação mesmo na ausência de uma hegemonia, pois mantê-los é menos custoso que estabelecer novos regimes. Além disso, mesmo aceitando as limitações que a primazia dos conceitos de soberania e autoajuda impõem sobre a predisposição à cooperação, esta não é impossível

de ser alcançada, e pode ser utilizada até mesmo como instrumento de autoajuda, de acordo com o conceito de balança de poder[12]. Esta teoria sugere que a cooperação pode existir temporariamente ou durante períodos mais longos, nestes últimos sob a forma de aliança (KEOHANE, 1984).

Autores da corrente neoinstitucionalista, por sua vez, enfatizam a importância da escolha racional para explicar a cooperação, dado que melhores resultados podem ser obtidos a partir desta, independentemente de preocupações com ganhos relativos – os quais, inclusive, seriam difíceis de mensurar. A comunicação é outro pressuposto fundamental para essa corrente, e por meio desta podem ser emitidos sinais que são custosos para um ator, que seria uma forma de demonstrar a predisposição e o compromisso com os esforços cooperativos. Os neoinstitucionalistas explicam a continuidade da cooperação por meio da maior confiança devido ao cumprimento dos acordos atuais de forma sucessiva – a repetição dos jogos – e também não considera a questão de formações de identidades e a influência destas na mudança de percepções sobre o ambiente.

Müller (2002) afirma que a cooperação em Segurança se trata da colaboração entre atores em potencial conflito, já que não se pode ter certeza sobre a duração da cooperação, podendo os Estados se tornarem rivais posteriormente. Para o autor, essa percepção aponta a confiança de um Estado nas capacidades e no desempenho de outro, e tal atitude iria de encontro ao princípio de autoajuda – o qual pressupõe que um Estado deve confiar apenas em suas capacidades para sobreviver – além de implicar perda de liberdade de ação e de acúmulo de poder (GLASER *apud* MÜLLER, 2002). O autor argumenta que, embora os esforços de cooperação em Segurança tenham aumentado atualmente – em âmbito regional, como na América Latina – há a necessidade de explicar um quebra-cabeça a respeito destes, os quais se tratam da possibilidade de futuros conflitos entre os parceiros. Müller (2002) expõe explicações de correntes teóricas das Relações Internacionais sobre esse dilema.

A corrente construtivista – orientada por Wendt (*apud* Müller, 2002) – afirma que a cooperação em segurança é possível, uma vez que as preferências dos atores e a estrutura em que eles interagem não é fixa. Ao contrário dos realistas, os construtivistas afirmam que a estrutura pode ser moldada por seus atores – sendo a estrutura do sistema internacional definida não apenas por meios materiais (como a distribuição de poder), mas

---

[12]Segundo esta teoria, Estados mais fracos podem aliar-se aos mais fortes para garantir sua sobrevivência.

também pelo componente social (ADLER; BARNETT, 1998) –, não mais inibindo a cooperação. Hábitos, costumes e normas podem transformar o ambiente internacional de altamente competitivo para altamente cooperativo (MÜLLER, 2002). Essa mudança também pode ser incentivada por comunidades epistêmicas[13], ou seja, atores além do Estado podem contribuir para a mudança no ambiente internacional. Outros fatores apontados pelo construtivismo são as identidades e valores culturais, e para o autor, podem contribuir para a formação de comunidades de segurança menores, como se pode ver na América Latina.

Portanto, o construtivismo será a corrente escolhida para orientar o estudo da cooperação entre Brasil e Argentina. A teoria de comunidades de segurança, inicialmente orientada pela abordagem funcionalista de Deutsch *et al.* (1954) e posteriormente complementada pelas ideias de Adler e Barnett (1998) ajudará a compreender o problema de pesquisa deste trabalho. Esta teoria fornece diversas condições para a existência da comunidade de segurança. Além disso, as contribuições de Adler e Barnett (1998) vão além da perspectiva funcionalista[14], ao elencarem elementos que vinculam a formação de identidades e compartilhamento de valores com a consolidação da comunidade de segurança.

A hipótese central deste trabalho pressupõe a existência de uma comunidade de segurança bilateral. Além disso, serão avaliadas as seguintes hipóteses secundárias: i) a superação de desconfianças e o descarte do uso da guerra contribuíram para a cooperação em áreas de "alta política"; ii) a continuidade da cooperação pode ser explicada por meio da busca do cumprimento dos objetivos determinados nos documentos de Defesa do Brasil e da Argentina, o que ajuda a indicar a existência da comunidade de segurança. Estas hipóteses levam em consideração conceitos como percepção e formação de identidades, os quais são abordados pela teoria construtivista. Baseado no histórico descrito anteriormente, nota-se um processo de construção de confiança e mudança de percepções entre os atores, e dessa forma, os atores puderam moldar parte do ambiente em que estão inseridos. Além disso, os estudos sobre comunidades de segurança são orientados por elementos do

---

[13]O conceito de comunidades epistêmicas refere-se a um grupo transnacional de especialistas que compartilham ideias particulares sobre determinadas políticas e elaboram programas de ação para que tais ideias sejam postas em prática (MÜLLER, 2002)

[14] Para Adler e Barnett (1998), Deutsch inicialmente buscou medir a existência de comunidades de segurança através de fluxos de transação entre as nações, comparado-os com os fluxos internos. No entanto, Adler e Barnett (1998) argumentam que a ênfase nestes dados quantitativos negligencia a importância dos processos sociais anteriores a tais dados.

construtivismo, como formação de identidades, valores compartilhados e construção de confiança por meio do compartilhamento de conhecimento.

Para melhor explicar a opção por essa corrente teórica, a seguir será feita a análise da teoria de Comunidade de Segurança. Será destacada sua utilidade na investigação do nosso objeto e na composição da hipótese de trabalho.

2.2 Comunidade de Segurança: conceito e processo de formação

Para compreender porque a existência de uma comunidade de segurança pode ajudar a explicar a cooperação em Segurança e Defesa entre Brasil e Argentina, é necessário revisar este conceito. Para Deutsch *et al.* (1954), a existência de uma comunidade de segurança é observada quando há uma garantia de que os membros desta não farão uso da força para resolução de contenciosos. Para que se constitua uma comunidade de segurança, os autores argumentam que deve haver integração, no sentido em que haja um "senso de comunidade" entre as partes, ou seja, os membros concordam que os problemas devem ser resolvidos por meio de resolução pacífica. O sucesso de uma comunidade de segurança dependerá, portanto, da não recorrência à guerra entre os países. Além disso, os autores observam que as comunidades de segurança, em geral, formam-se ao redor de centros de poder. Nota-se que durante a maior parte da segunda metade do século XX e também no início do século XXI, o Brasil se encontra entre os maiores centros de poder da América do Sul, não apenas em assuntos econômicos e políticos, como também em questões militares.

Deutsch *et al.* (1954) apresentam duas tipologias sobre comunidades de segurança, as quais podem ser caracterizadas como amalgamada ou pluralística. O primeiro tipo refere-se à formação de Estados, já que, segundo os autores, a presença deste se verifica quando duas ou mais unidades politicamente independentes se unem, formando uma unidade política maior com um governo comum, que pode ser unitário ou federal. Já na comunidade de segurança pluralística[15], observa-se que os governos se mantêm independentes, com centros de decisões autônomos, e este será então o tipo de comunidade formada entre os Estados em questão.

---

[15] Embora o termo comunidade possa não parecer apropriado para a análise do relacionamento bilateral (Brasil-Argentina), Deutsch *et al*. (1954) apontam exemplos de comunidades de segurança neste âmbito (ver Deutsch *et al.*, 1954, p. 11)

Para avaliar a formação da comunidade de segurança pluralística, Deutsch *apud* Adler e Barnett (1998) leva em consideração indicadores como o fluxo de transações entre os Estados em relação ao fluxo nacional destes. Além disso, o autor aponta o compartilhamento de conhecimento e o surgimento de um ambiente normativo, verificando portanto uma mudança pacífica no comportamento dos Estados, e a comunidade então contribuiria para que fosse moldada a política de segurança entre seus integrantes.

Como mostram Adler e Barnett (1998), entende-se por mudança pacífica[16] o descarte da preparação de um Estado para a guerra, assim como o abandono de expectativas do uso da força externamente por outro Estado. Estas podem existir tanto sob a forma de alianças ou acordos, ou podem constituir-se tacitamente, quando um Estado percebe que uma atitude sua pode ser interpretada como ameaça militarizada. Esse conceito, para os autores, está relacionado a um estado inicial de governança, a qual refere-se a ações que podem ou não ser guiadas por responsabilidades legais, sem a necessidade de vigilância para que estas sejam cumpridas. A governança se estenderá do nível internacional para o nível doméstico, ou seja, "*a security community's governance structure will depend both on the state's external identity and associated behavior and its domestic characteristicsand practices.*"[17](ADLER; BARNET, 1998; p. 36).

Um aspecto que também deve ser levado em consideração na formação de comunidades de segurança é a existência do interesse individual dos Estados. Segundo Adler e Barnett (1998), acredita-se que em uma comunidade de segurança, os atores não são guiados em primeiro lugar pelo interesse próprio, o que seria inconceptível na visão das teorias tradicionais de RI. Dessa forma, existiriam associações e não comunidades. No entanto, os autores salientam que para distinguir esses conceitos, é necessário levar em consideração o nível de reciprocidade entre os atores (que seria alto, em uma comunidade de segurança), bem como o quão negociável são os interesses entre os membros da comunidade. Seguindo tal raciocínio, os autores afirmam que a comunidade de segurança não elimina a possibilidade de algumas divergências, porém estas não mais escalarão para o nível de risco ou de ameaçapelo uso da força.

---

[16]Autores da Escola de Copenhagen, como Buzan e Waever (2003) analisam a problemática dos padrões regionais de segurança para explicar a formação de complexos de segurança. Estes, de acordo com os autores, são unidades cujos processos de securitização ou dessecuritização se encontram interligados de forma que seus problemas de segurança não podem ser compreendidos isoladamente.

[17]"A estrutura de governança de uma comunidade de segurança dependerá tanto da identidade externa do Estado e seu comportamento associado, quanto das cuas caractéristicas e práticas domésticas." (ADLER; BARNET, 1998; p, 36, tradução nossa).

Deutsch *et al.* (1954) apontam que a formação de comunidades de segurança também conta com mudanças significativas nas capacidades administrativas e políticas dos Estados, por meio de comunicação, consulta e formulação de decisão. Além disso, para os autores, é visível uma mudança no comportamento político dos Estados, a qual direcionou-os para uma maior responsividade às necessidades e urgências dos membros da comunidade. Dessa forma, para os autores, haveria uma certa responsabilidade para os meios tangíveis e intangíveis das unidades políticas para a manutenção da comunidade de segurança, os quais podem ser de vários tipos. Os meios tangíveis são aqueles que envolvem recursos militares, financeiros, políticos, entre outros; os meios intangíveis referem-se à atenção e à capacidade de resposta de um Estado em relação às necessidades dos demais membros da comunidade, o processamento de informações etc.

Nota-se também que uma forma de se distinguir esses tipos de comunidades é pelo seu objetivo. Deutsch (1978) afirma que o objetivo da comunidade amalgamada é a aquisição de maiores poderes ou capacidades gerais, enquanto que a comunidade pluralística tem como objetivo principal a manutenção da paz. Dessa forma, o autor conclui que a comunidade de segurança pluralística será mais fácil de se formar e se manter do que aquela do tipo amalgamada, sendo a alternativa mais eficiente de manutenção da paz entre os membros. Enquanto a comunidade amalgamada necessita de várias condições para se estabelecer, sua contraparte exige três condições principais em sua constituição, as quais, segundo o autor, são:

> 1. Compatibilidade de valores políticos fundamentais.
> 2. Capacidade dos governos e camadas politicamente relevantes dos países participantes de responderem às mensagens, necessidades e ações uns dos outros, rapidamente, adequadamente, e sem recurso à violência.
> 3. Previsibilidade mútua acerca dos aspectos importantes do comportamento político, econômico e social (esses aspectos são em número muito menor no caso de uma comunidade pluralística de segurança do que o seriam numa mais entrosada comunidade amalgamada. (DEUTSCH, 1978, p. 9).

A respeito do estabelecimento de uma comunidade de segurança pluralística, Deutsch (1978) afirma que três processos mais simples envolvem sua criação. O primeiro é a percepção dos governos e da população sobre a guerra, que se torna cada vez mais inconveniente e improvável. O segundo diz respeito ao surgimento de movimentos e tradições intelectuais que contribuiriam para um clima político favorável a este tipo de integração. Por fim, o terceiro processo está relacionado a hábitos e capacidades de atenção, comunicação e receptividade mútua para que sejam preservadas a autonomia e as expectativas de paz e mudança pacífica entre os países.

Ao contribuir com o debate sobre comunidade de segurança pluralística, Adler e Barnett (1998) afirmam que esta pode ser categorizada em dois tipos ideais, definidos por seu baixo grau de agregação (*loosely-coupled*) ou pelo alto grau de integração (*tightly-coupled*). De acordo com os autores, esses tipos podem ser identificados por condições, como o grau de institucionalização e confiança, além de pelo estado atual em que se encontram as relações entre os Estados (anarquia formal ou um momento de transformação desta). Os autores argumentam que enquanto uma comunidade pluralística do tipo *loosely-coupled* apresenta os requisitos mínimos de uma comunidade de segurança – a expectativa permanente de paz, alcançada pela identidade compartilhada – numa comunidade do tipo *tightly-coupled* verifica-se a existência de uma sociedade de ajuda mútua, além de um sistema normativo entre um Estado soberano e um governo regional centralizado – apontado pelos autores como um sistema transnacional ou supranacional, e um sistema de segurança coletiva.

Adler e Barnett (1998) também contribuíram para o quadro teórico das comunidades de segurança aoidentificar, nestas, três camadas: i) condições precipitantes; ii) a relação entre a estrutura regional (poder e conhecimento) e os processos sociais (organizações e aprendizado social); e iii) confiança mútua e formação de identidade coletiva, criadas pelas condições fornecidas pelas duas primeiras camadas. As três são condições necessárias para o estabelecimento de expectativas de mudança pacífica.

A primeira camada refere-se a fatores que contribuem para que os Estados coordenem suas ações – por exemplo, mudança tecnológica, ameaça externa comum, desdobramentos econômicos, entre outros. Já a segunda camada indica a transformação do ambiente social por meio da interação entre os Estados e entre a população destes, ou seja, é visível a interação entre estrutura e processos sociais. Adler e Barnett (1998) reconhecem a importância do poder para a manutenção e o desenvolvimento da comunidade de segurança, por meio da coerção ou da definição de valores compartilhados e práticas comuns. Por outro lado, os autores também ressaltam a importância do conhecimento em termos de estruturas cognitivas (ou significados e valores compartilhados), as quais definirão a legitimidade da atuação dos Estados. Também se localizam nessa camada os processos sociais, entre eles o intercâmbio (econômico, tecnológico, político etc.), as instituições (práticas sociais), as organizações (entidades materiais) e o aprendizado social. Os processos sociais, segundo os autores, não dependem apenas de recursos materiais, sendo necessários também o consenso e a experiência coletiva.

A última camada refere-se à confiança mútua e à identidade coletiva, as quais, são recíprocas e se reforçam, já que "*the development of trust can strengthen mutual identification, and there is a general tendency to trust on the basis of mutual identification*"[18] (ADLER; BARNETT, 1998; p.45). Como argumentam os autores, instituições e organizações são importantes para gerar confiança, por meio de encontros que moldam o comportamento social. Porém, a comunidade de segurança não depende de tais organizações para reforçar o comprometimento e a confiança entre os atores, o que foi possível por intermédio de intercâmbios e de interações anteriores que contribuiram para a formação de uma identidade.

Além disso, para Adler e Barnett (1998), uma comunidade de segurança com maior grau de agregação (*tightly-coupled*) teria uma menor diferenciação de identidades entre seus membros em relação àquela com menor grau de agregação (*loosely-coupled*), já que, no primeiro tipo, a identidade não mais depende do ambiente internacional ou da autorrestrição de uma nação, mas sim das normas e valores compartilhados. Nota-se uma mudança na política externa dos atores na comunidade com maior grau de agregação, e, segundo os autores, os interesses estatais são permutávais com os interesses da comunidade.

Adler e Barnett (1998) também contribuem para o debate sobre comunidades de segurança ao apontar que a metodologia utilizada por Deutsch se concentrava mais na identificação de fluxos transnacionais – ou seja, na interdependência – havendo então maiores dificuldades para aferir um relacionamento baseado em reciprocidade, valores ou identidade. Dessa forma, os autores definem três estágios para as comunidades – nascente, ascendente e amadurecida – e buscam identificar condições para estas fases.

Na fase nascente, como mostram os autores, não há uma intenção explícita de se criar uma comunidade de segurança, estando em primeiro plano a coordenação de ações para aumentar a segurança mútua, diminuir custos de intercâmbio e incentivar interações posteriores, por exemplo. Os autores observam que os mecanismos de desencadeamento nesta fase podem ser de caráter material ou normativo, por exemplo: uma ameaça comum, mudanças na distribuição de poder, transformações na estrutura econômica ou política, entre outros. No caso de uma ameaça comum, Adler e Barnett (1998) observam que há apenas o reconhecimento da necessidade de ação coordenada para atingir um objetivo, e

---

[18]"o desenvolvimento da confiança pode fortalecer a identificação mútua, e há uma tendência geral para a confiança na base da identificação mútua" (ADLER; BARNETT, 1998; p. 45, tradução nossa).

nesta fase seria difícil a distinção entre comunidade de segurança e aliança estratégica, pois ainda não está definida uma identidade comum ou conhecimento compartilhado. Além disso, também é importante a liderança de um Estado mais poderoso nesta fase, para que este defina um senso de propósito e estabilização na comunidade.

Adler e Barnett (1998) apontam também a importância de uma terceira parte – no caso, organizações – nesta fase inicial, a fim de garantir o cumprimento de obrigações estabelecidas e fortalecer a confiança. De acordo com os autores, estas podem se originar pela interação interestatal, e podem facilitá-la. Para tal, estas organizações devem:

> *contain norms and provide mechanisms that make states accountable to each other; institutionalize immediate (if not diffuse) reciprocity; identify common interests (or even identities) among a selected population; and produce charters and agendas, and convene meetings and seminars, that reflect the attempt to create a binding set of interests and a collective future* (ADLER; BARNETT, 1998, p. 52).

Na fase ascendente, segundo Adler e Barnett (1998), nota-se a existência de redes de comunicação mais densas, novas instituições e organizações responsáveis pela cooperação e pela ação coordenada na esfera militar, o que indica a percepção de descarte de ameaças entre os atores da comunidade e, portanto, o aprofundamento da confiança mútua e reciprocidade, além de estruturas cognitivas e a emergência de uma identidade coletiva que consolide expectativas permanentes de mudança pacífica. Nesta fase torna-se nítido que as redes de interação serão estimuladas por ideias comuns de progresso material e segurança, e os membros da comunidade percebem que a melhor forma de atingí-los é por meio de sua atuação combinada. Adler e Barnett (1998) também mencionam a importância do aprendizado social entre os atores para o estabelecimento de confiança mútua, onde estes conhecerão não apenas o propósito de cada Estado, como também as interpretações sobre política, cultura e economia, o que contribuirá para a formação de uma identidade coletiva.

Além disso, nesta segunda fase, os autores argumentam que embora seja visível o estabelecimento de confiança mútua em diversas áreas, as condições-chave da existência de uma comunidade de segurança estão na confiança mútua na área militar. Adler e Barnett (1998) afirmam que a confiança mútua é alcançada no campo militar quando as decisões militares de um Estado apresentam uma postura interdependente, havendo compartilhamento de informações nesta área. Outra condição de confiança mútua é o papel das organizações para verificação e monitoramento, as quais se tornam menos importantes

para a continuidade da cooperação, sendo necessário uma mudança burocrática de tais estruturas designadas na primeira fase (ADLER; BARNETT, 1998).

Na fase amadurecida de uma comunidade pluralística, há de fato uma identidade compartilhada pelos atores que dará suporte à mudança pacífica, e será menos provável que a possibilidade de conflito armado seja cogitada. É nesta última fase que Adler e Barnett (1998) afirmam que é possível distinguir o grau de agregação das comunidades pluralísticas – entre *loosely-coupled* ou *tightly-coupled* – por meio de condições de nível de confiança. Entre estas condições estão: i) o multilateralismo, existindo um maior consenso nos processos de tomada de decisão e resolução de conflitos; ii) as fronteiras desmilitarizadas, onde o monitoramento de fronteiras tem o papel de garantir a segurança contra ameaças além daquelas de outro Estado; iii) as mudanças no planejamento militar, verificando-se que o planejamento dos piores cenários não inclui membros da comunidade; iv) a definição de ameaça comum, possível devido à diferenciação entre membros e não membros da comunidade; e v) os discurso e linguagem da comunidade, que refletirá as normas exclusivas de seus membros em contraste àquelas de maior âmbito internacional.

Enquanto que em uma comunidade pluralística com menor grau de agregação (*loosely-coupled*) é possível observar uma governança informal por meio da identidade e do conhecimento compartilhados, além do auto-constrangimento em caso de conflito em devido a discordâncias, uma comunidade pluralística com maior grau de agregação (*tightly-coupled*) contará com a ajuda mútua e a expressão das identidades nacionais por meio da convergência de esforços. Neste último tipo, conforme Adler e Barnett (1998), o direito ao uso da força é transferido para a comunidade, e será legítimo apenas contra ameaças externas ou a um membro que descumpre suas regras. Da mesma forma, existirá balança de poder ou dissuasão nuclear apenas contra ameaças externas.

Além das condições citadas anteriormente, Adler e Barnett (1998) apontam seis condições para a comunidade com maior grau de agregação, sendo eles: i) segurança cooperativa e coletiva, não havendo apenas controle de armas e construção de confiança mútua, mas também mecanismos conjuntos para lidar com problemas de segurança internos e externos à comunidade; ii) alto nível de integração militar, que, embora não seja condição necessária para existência da comunidade, demonstra tanto um alto grau de confiança quanto de interdependência; iii) coordenação de políticas contra ameaças internas, sendo estabelecida uma definição comum destas; iv) movimentação livre de pessoas, o que demonstra uma menor diferenciação entre as populações dos Estados; v)

internacionalização de autoridade, podendo haver um sistema normativo informal ou harmonização de regras domésticas; e vi) uma política de multiperspectivas[19], sendo as regras compartilhadas nos níveis nacional, transnacional e supranacional.

Feita a revisão do marco teórico, serão analisados os documentos de Defesa dos países em questão, além dos acordos bilaterais assinados entre 1995 e 2010, a fim de identificar em que fase se encontraria a comunidade de segurança pluralística entre Brasil e Argentina, e quais das condições apresentados por Adler e Barnett (1998) estão presentes nesta.

[19]Ver Adler e Barnett, (1998, p. 57).

3 Revisão e análise dos documentos de defesa

Este capítulo mostrará o conteúdo dos documentos de Defesa, de escopo nacional e bilateral. Espera-se encontrar nestes documentos alguns das condições da existência da comunidade de segurança indicados pela teoria, como mudança pacífica, compartilhamento de informações, organizações para coordenação da cooperação militar, entre outros.

3.1 Revisão e análise dos documentos nacionais de Defesa

Uma forma utilizada para se localizar condições da existência da comunidade de segurança pluralística será a análise dos documentos nacionais de Defesa do Brasil e da Argentina, nos quais podem ser expressos uma mudança de discursos e desconstrução da percepção de ameaças entre ambos. Os documentos brasileiros a ser analisados são: Política de Defesa Nacional (1996 e 2005), Estratégia Nacional de Defesa (2008) e Livro Branco de Defesa Nacional (2012). Os documentos argentinos encontrados no período de estudo foram o Libro Blanco de la República Argentina (1999) e o Libro Blanco de la Defensa (2010). Estes documentos serão analisados porque fornecem a impressão dos países a respeito dos aspectos de seu entorno, além de apontar o cumprimento de algumas metas, como a realização de exercícios conjuntos, por exemplo.

3.1.1 Documentos de Defesa do Brasil

A Política de Defesa Nacional, tanto em sua primeira versão (1996) como na segunda (2005), enfatiza as incertezas do sistema internacional pós Guerra Fria. No entanto, estes documentos não explicitam ameaças ou fontes de incerteza com origens na América do Sul. Além disso, ambas as políticas afirmam a postura defensiva adotada pelo Brasil. A PDN (2005), por sua vez, também ressalta preocupações com recursos naturais em relação a ameaças extrarregionais, estando as maiores preocupações concentradas no Atlântico Sul e na Amazônia. Portanto, merece destaque a Zona de Paz e de Cooperação

do Atlântico Sul (ZOPACAS)[20], a qual, segundo a PDN (2005), é um dos processos que podem contribuir para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico.

Tendo em vista as preocupações com ameaças extrarregionais, a END (2008) propõe uma maior presença das Forças Armadas nas fronteiras (cuja prioridade é a região amazônica) e no Atlântico Sul, cuja função é sobretudo de vigilância. Está presente nesses documentos o elemento da dissuasão – o qual o Brasil se empenha em demonstrar, porém não em relação a seus vizinhos – e de acordo com a PDN, este será a segunda opção de estratégia, estando em primeiro lugar a ação diplomática para solucionar conflitos.

Outro ponto colocado pela END (2008) trata dos setores prioritários para a defesa nacional: cibernético, espacial e nuclear. Estes dois últimos são retomados no Livro Branco (2012), onde o Brasil reafirma a importância do intercâmbio bilateral nuclear com a Argentina. Além disso, é citado o projeto do submarino de propulsão nuclear, o qual contará com tecnologia nuclear apenas neste aspecto – ou seja, os armamentos utilizados pelo submarino serão convencionais – em respeito ao comprometimento com os acordos nucleares (inclusive com a Argentina e com a própria Constituição Federal[21]). A respeito do setor espacial, o Livro Branco (2012) cita o “Projeto de Cooperação Espacial Satélite Argentino-Brasileiro de Observação dos Oceanos (Sabiá-Mar)”, que atualmente encontra-se em fase inicial e cuja expectativa de lançamento é em 2015.

O Livro Branco (2012) é um instrumento importante para a transparência no âmbito militar e, portanto, para a construção de confiança mútua. Nele estão disponíveis dados sobre o número de militares estrangeiros no Brasil, militares brasileiros no exterior e exercícios militares conjuntos em cada uma das Forças Armadas, no período entre 2001 e 2011. De acordo com o documento, a Marinha do Brasil recebeu 22 militares argentinos no período citado, enquanto que o maior número de militares estrangeiros na Marinha é do Equador (28). A respeito dos militares brasileiros da Marinha enviados para o exterior, a Argentina é o segundo maior receptor destes (34), sendo o primeiro os Estados Unidos (88). No Exército Brasileiro, a Argentina é o quinto país que mais enviou militares (134), depois de Paraguai (246), Venezuela (159), Peru (146) e Equador (142). Por outro lado, a

---

[20]A ZOPACAS, como mostra Penha (2011), engloba os países da América do Sul e os países da costa ocidental africana. O autor salienta que este mecanismo não teria capacidade institucional para gerenciar as margens da bacia atlântica, devido à presença das potências extrarregionais para garantir seus interesses econômicos (especialmente a Inglaterra, por meio da sua presença nas Ilhas Fawkland/Malvinas).

[21]O artigo XXIII deste documento define que a utilização de tecnologia nuclear deve ter apenas fins pacíficos. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 31 de março de 2014.

Argentina é o quarto maior destino para os militares do Exército Brasileiro (51), estando atrás de Estados Unidos (171), Colômbia (70) e Canadá (60). Por fim, a Argentina é o décimo país que mais enviou militares para a Força Aérea Brasileira, enquanto é o oitavo maior destino para militares brasileiros deste setor.

O Livro Branco (2012) também aponta os dados sobre exercícios militares conjuntos entre 2010 e 2011. Sobre a Marinha, foram encontrados dois exercícios bilaterais com a Argentina ("Fraterno XXVIII" e "Fraterno XXIX"), três envolvendo Brasil, Argentina e Uruguai ("Aspirantex", "Pamparex" e "Diplomex II") e dois envolvendo Brasil, Argentina, México e Estados Unidos ("Unitas LI" e "Unitas LII"). Os exercícios bilaterais visam ao adestramento em operações de ataque, antissubmarino, esclarecimento e apoio logístico, enquanto os exercícios multilaterais têm o objetivo de adestramento de meios e estreitamento de laços de amizade. Há também o exercício "ACRUX V", envolvendo Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, com objetivos semelhantes aos dos exercícios já mencionados.

No Exército, não foram encontrados exercícios (multilaterais ou bilaterais) envolvendo a Argentina, enquanto que na Força Aérea foram encontrados dois exercícios multilaterais em que este país esteve presente. O exercício "Cooperación" visa ao treinamento das Forças Aéreas para operações de assistência humanitária, e o exercício "Cruzex V" – este organizado pelo Brasil – visa ao planejamento e o treinamento de operações combinadas, além de promover a cooperação militar entre os integrantes.

Diante de tais dados, nota-se então um intercâmbio militar entre Brasil e Argentina, o qual faz parte de um processo de aprendizado social que contribui para a construção de confiança mútua e, portanto, aponta indícios da existência de uma comunidade de segurança. De acordo com Adler e Barnett (1998), não apenas as organizações são importantes para tal, merecendo destaque a interação e o intercâmbio de ideias e experiências. Estas perspectivas serão mais detalhadas posteriormente, na subseção 3.3.

3.1.2 Documentos de Defesa da Argentina

Os documentos nacionais de Defesa da Argentina analisados foram as duas edições do seu Livro Branco (1999 e 2010). Nestas, o país considera a América do Sul uma região pacífica, sendo descartados possíveis conflitos de grandes proporções. Na edição de 1999,

é afirmada a superação de hipóteses de conflito entre Brasil e Argentina, e a edição de 2010 aponta o aumento da confiança mútua na região em âmbito bilateral e multilateral, favorecido pela integração no plano econômico. Além disso, percebe-se que em ambas as edições não estão definidas ameaças estatais na região, estando as maiores preocupações sobre segurança relacionadas ao terrorismo, ao crime organizado e aos recursos naturais – sobre estes últimos, preocupações em relação a ameaças extrarregionais. Dessa forma, o país afirma que apresenta uma postura estratégica defensiva e dissuasiva, e entre os objetivos expostos, além da defesa de seus interesses, estão a participação e a contribuição da Argentina para a segurança internacional.

A edição de 2010 também expõe os setores de defesa prioritários para a Argentina. De forma semelhante a do Brasil, entre as prioridades argentinas estão os setores nuclear, aeroespacial e cibernético. Além disso, o documento aponta áreas prioritárias para a cooperação internacional, e entre eles estão a manutenção da paz e segurança internacional, educação e instrução militar, pesquisa e desenvolvimento para a Defesa e apoio logístico. Sobre a manutenção da paz e segurança internacional, a Argentina expõe sua predisposição a participar em operações de paz da ONU – o que pode ser visto com a participação deste país na MINUSTAH, liderada pelo Brasil. Sobre pesquisa e desenvolvimento para Defesa, nota-se a participação argentina no Grupo de Trabalho Conjunto de Defesa, onde o país coordena sua atuação de forma a cooperar com o Brasil nestas áreas.

Também estão disponíveis na edição de 2010 dados sobre os projetos de cooperação internacional e de exercícios conjuntos. Além dos projetos já mencionados no Livro Branco brasileiro, a edição de 2010 do Livro Branco argentino aponta para a cooperação na indústria bélica, e em parceria com o Brasil foi desenvolvido o veículo Gaucho – que ainda será comercializado. Também é mencionado o avanço de projetos da parceria estratégica entre a Fábrica Argentina de Aviões (FAdeA) e a EMBRAER.

Sobre os exercícios conjuntos, o Livro Branco argentino de 2010 aponta os exercícios encontrados no Livro Branco brasileiro, além de dois exercícios bilaterais realizados em 2009 que não foram mencionados. O primeiro é o exercício “Guaraní”, realizado entre os exércitos brasileiro e argentino, e na cooperação entre as forças aéreas brasileira e argentina, são realizados periodocamente os exercícios “Plata”. Nesta área, também é citada a contribuição brasileira para a força tarefa-argentina “Fortín”, cujo objetivo é o monitoramento do espaço aéreo argentino. De acordo com o documento, o Brasil compartilha com a Argentina as informações obtidas por radares de vigilância.

3.2 Revisão e análise dos documentos de Defesa bilaterais (1995-2010)

Esta seção apontará os temas tratados nos documentos bilaterais assinados no período em questão. Foram encontrados 11 documentos sobre a cooperação em Segurança e Defesa entre Brasil e Argentina, onde cinco deles foram assinados no período do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), e os demais assinados no período do governo de Luís Inácio Lula da Silva, nos anos entre 1995 e 2010. No primeiro período, foram encontrados três Declarações Conjuntas, um Comunicado Conjunto e um Acordo, enquanto no segundo estão disponíveis quatro declarações conjuntas, um acordo, e um ajuste complementar a um Acordo anterior, vistos no apêndice 1.

As Declarações Conjuntas assinadas no primeiro mandato de FHC ressaltam a importância da cooperação entre ambos os países, e tratam basicamente de temas como monitoramento das fronteiras para o combate ao crime transnacional e a importância da política nuclear, sua intensificação e continuidade para fins pacíficos, por meio da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC). Criada em 1991, este órgão é considerado fundamental pelos países para a construção de confiança mútua, sendo capaz de afirmar o comprometimento de ambos como definitivamente comprometidos com o regime internacional de não proliferação nuclear.

Outros temas foram discutidos pelos presidentes FHC e Menem em Comunicado Conjunto do ano de 1997, como: i) a possibilidade de extensão dos benefícios da cooperação bilateral nuclear a outros países da região, com a condição de que estes usem tal fonte de energia para fins pacíficos; ii) ações coordenadas para a eliminação de minas anti-pessoal e a assinatura da Convenção sobre a Proibição do Emprego, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal, por ocasião da Reunião Ministerial de Ottawa; iii) coordenação e cooperação entre as Forças Armadas de ambos os países e seu uso para operações de manutenção de paz da ONU; e iv) apoio brasileiro à Argentina no contencioso das Malvinas/Falkland, que para o Brasil, deveria ter resolução pacífica no âmbito da OEA e da ONU.

O acordo assinado no período referido é o “Acordo de Cooperação entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Argentina para o Combate ao Tráfego de Aeronaves Supostamente Envolvidas em Atividades Ilícitas Internacionais”, de 2002. Neste, é reconhecido que tal tema afeta a ambas as partes, e que é necessário combatê-lo de forma harmonizada. Como define o Art. I do Acordo, para o controle e

combate do tráfego de aeronaves transnacionais irregulares, será feito o intercâmbio de experiências e informações, assistência técnica mútua e treinamento técnico ou operacional especializado. Este Acordo também estabelece que caberá, às Forças Aéreas das Partes, estabelecer programas de trabalho para o período de dois anos, sujeitos à aprovação de seus respectivos Ministérios da Defesa. Nos objetivos deste acordo podem ser encontrados condições como percepção comum de ameaças e coordenação da cooperação.

Já no período do governo Lula, as Declarações Conjuntas abordam mais temas para a cooperação em Segurança e Defesa. A primeira Declaração, assinada em 2005, versa sobre cooperação nuclear, e os presidentes reafirmam o direito ao desenvolvimento da capacidade nuclear para fins pacíficos, o compromisso com a não proliferação de armas nucleares, a importância da ABACC e de outros mecanismos de transparência, além de se posicionarem favoráveis ao desarmamento nuclear em âmbito global. Já as Declarações Conjuntas de 2008 têm como temas em comum a cooperação nuclear, o Grupo de Trabalho Conjunto de Defesa, a cooperação aeronáutica e a cooperação espacial para a construção do satélite argentino-brasileiro de observação dos oceanos. Além disso, na Declaração Conjunta sobre a visita de Estado ao Brasil da Presidenta Cristina Fernandez de Kirchner (2008) foram consideradas questões como a importância do compromisso com a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), o cumprimento de ambos os países do princípio de não intervenção e respeito ao direito internacional para a manutenção da paz, além do debate sobre a indústria naval.

Já sobre cooperação nuclear, a “Declaração Conjunta da Visita de Estado do Presidente Lula” – assinada em 2008 na cidade de Buenos Aires – tratou de temas como i) uma comissão binacional para o desenvolvimento de um modelo de reator nuclear de potência para atender a necessidades energéticas de ambos e, posteriormente, em âmbito regional; ii) projeto comum na área do ciclo do combustível nuclear; iii) constituir uma empresa binacional de enriquecimento de urânio; e iv) realização de seminários entre pesquisadores argentinos e brasileiros sobre as capacidades da cooperação nuclear. A segunda Declaração de 2008, além de citar os êxitos da constituição da Comissão Binacional de Energia Nuclear (COBEN) e do Seminário Binacional Brasil-Argentina de Cooperação Nuclear, aprovou 30 projetos de implementação prioritária propostos pela comissão, nas áreas de reatores e rejeitos nucleares, ciclo de combustível, aplicações nucleares e regulação. Os presidentes também recomendaram que autoridades competentes

das áreas nuclear, orçamentária e financeira a buscarem fontes de financiamento para concretização dos projetos.

Sobre o Grupo de Trabalho Conjunto de Defesa, este entrou em vigor após a primeira Declaração de 2008, tendo como objetivo a coordenação das atividades entre as indústrias aeronáuticas, pesquisa, desenvolvimento e produção de equipamentos de defesa. Ficou estabelecida a possibilidade de envolvimento entre entidades civis e militares dos Estados. No período entre fevereiro de 2008 e setembro do mesmo ano, foram estabelecidos 16 projetos pelo grupo:

> 1. Manutenção de turbinas navais, a ser executado pela ARA no Arsenal de Comandante Espora;
>
> 2. Recuperação de motores de mísseis;
>
> 3. Manutenção de motores diesel;
>
> 4. Cooperação e Intercâmbio de informações sobre reparo e recuperação de “staves” Sonar;
>
> 5. Projeto de Reparação de Meia Vida do Submarino ARA "San Juan";
>
> 6. Desenvolvimento e construção de um Navio Patrulha Oceânico Multi-Propósito;
>
> 7. Modernização de veículos anfíbios;
>
> 8. Modernização do sistema de transmissão de dados Link Fraterno;
>
> 9. Intercâmbio de informações sobre simulação de vôo de mísseis (algoritmo de vôo);
>
> 10. Pesquisa e Desenvolvimento Conjunto de modelos matemáticos de propagação do som em águas pouco profundas;
>
> 11. Cooperação e Intercâmbio de Informações sobre fusão de dados entre bases de dados;
>
> 12. Cooperação e Intercâmbio de Informações sobre o radar ativo de direção final de míssil;
>
> 13. Pool Logístico para aquisição e intercâmbio de sobressalentes;
>
> 14. Sistema de Catalogação Comum;
>
> 15. Sistema de Certificação/Homologação de Produtos de Defesa;
>
> 16. Desenvolvimento conjunto, entre os Exércitos Brasileiro e Argentino, de um Veículo Leve de Emprego Geral Aerotransportável e fabricação de um lote piloto” (Declaração conjunta: Visita de Estado ao Brasil da Presidenta da República da Argentina, Christina Fernández de Kirchner, p. 10, 2008).

A respeito da cooperação aeronáutica, os presidentes discutiram a coordenação entre os Ministérios da Defesa dos países, a EMBRAER e a Aera Material Córdoba

(AMC) para que esta produza peças para aviões da EMBRAER, além da venda de aviões brasileiros para o mercado argentino. A segunda Declaração de 2008 recomendou aos ministérios responsáveis desses projetos a identificação de fontes de financiamento necessárias, e a avaliação das dotações orçamentárias.

Por fim, o último assunto em comum entre as Declarações de 2008 é cooperação espacial para a construção do satélite argentino-brasileiro de observação dos oceanos. Os presidentes discutiram a construção e a projeção do satélite conjunto, e foram feitas reuniões técnicas que elaboraram a missão Sabiá-Mar para a observação costeira e oceânica, com impacto em diversas áreas, desde proteção do meio ambiente à Defesa.

Sobre a indústria naval, a Declaração de setembro de 2008 cita o "Acordo Marco Internacional de Reciprocidade, Cooperação e Complementaridade", assinado entre o "Sindicato Nacional da Indústria de Construção e Reparação Naval e Offshore" (SINAVAL) e a "Federación de la Industria Naval Argentina" (FINA), cujo objetivo é a integração das indústrias, redução de importações de embarcações extrarregionais (novas ou usadas), e a redução dos custos. Na declaração também é ressaltada a importância estratégica de tal integração, além da necessidade de coordenar os setores público e privado dos países para que seja promovida a modernização da indústria naval de ambos os Estados.

A última Declaração Conjunta encontrada, assinada em 2010, tem como tema a cooperação nuclear. Nesta Declaração, os presidentes reafirmaram a importância da cooperação nuclear, sendo um dos objetivos da política exterior de ambos a continuidade do aperfeiçoamento desta parceria neste campo. Os presidentes também afirmaram que Brasil e Argentina devem atuar de forma conjunta e coordenada nos fóruns internacionais, a fim de promover a não proliferação e o desarmamento nuclear. Portanto, dado o compromisso bilateral e a transparência promovidos pela ABACC, os presidentes afirmam que os esforços desta organização devem ser reconhecidos, por meio do acesso a tecnologias nucleares com fins pacíficos. Por fim, esta Declaração estabeleceu as diretrizes da reunião do Comitê Permanente de Política Nuclear em agosto de 2010, estando entre estas a avaliação política da cooperação nuclear, a coordenação dos posicionamentos brasileiro e argentino em fóruns multilaterais sobre este tema em 2010, além do intercâmbio de informações sobre programas nucleares.

Além disso, no governo Lula foram assinados dois Acordos em 2005. O primeiro é o "Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa entre a República Federativa do

Brasil e a República Argentina". O objetivo desse Acordo é o fortalecimento da cooperação nessa área, por meio do intercâmbio de experiências sobre formas e gestão das políticas de defesa, e o intercâmbio de ações sobre planejamento, gestão orçamentária, pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de materiais e serviços de defesa. O Acordo mostra que a cooperação ocorrerá através de visitas de delegações civis e militares e da integração entre ambos os países, além da visita de navios de guerra. Já o "Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Argentina" visa aumentar e regulamentar a cooperação no desenvolvimento, aquisição, manutenção de materiais, fornecimento de tecnologia militar e na elaboração de Projetos de Sistemas de Armas (PSA) para que os Exércitos de ambos possam implementá-los. A instituição mediadora dessas ações será a *Diréccion de Evolución Tecnológica*. Os países cooperarão para a implementação da cooperação bilateral, técnica e logística, além da aquisição e o fornecimento de tecnologia militar (equipamentos militares).

Dessa forma, tais condições refletem uma mudança no comportamento de desconfiança visto até o fim da década de 1970. Os Acordos e as Declarações Conjuntas mostram o compartilhamento de informações, coordenação de posições e busca de alcance de metas de forma coordenada, por exemplo. Esses indicadores apontam a confiança mútua na área militar, na qual, para Adler e Barnett (1998), estão as principais condições da existência de uma comunidade de segurança.

Após a revisão dos objetivos expostos pelos documentos nacionais e dos compromissos estabelecidos nos documentos bilaterais, a próxima seção argumentará sobre a existência de uma comunidade de segurança e em que estágio esta se encontra atualmente. Os documentos – bilaterais e nacionais – forneceram diversas condições de confiança mútua, estando entre eles a realização de exercícios conjuntos, o intercâmbio de militares, a promoção da transparência por meio da ABACC e a elaboração de projetos não apenas no setor nuclear, como também na indústria bélica e no setor aeroespacial. A próxima subseção analisará mais detalhadamente como tais condições apontam para a existência de uma comunidade de segurança entre Brasil e Argentina.

3.3 As condições da formação de uma comunidade de segurança

Baseado no histórico das relações Brasil-Argentina e no arcabouço teórico construtivista expostos anteriormente, esta seção buscará analisara possibilidade de se afirmar a existênciade uma comunidade de segurança pluralística entre Brasil e Argentina. Caso a resposta seja positiva, iremos buscar identificar a fase em que ela se encontra. Para averiguar a existência da comunidade de segurança, verificaremos a possível existência das condições para a formação desta, apontadas por Deutsch (1978).

Para a existência de uma comunidade de segurança pluralística, tanto Deutsch (1978) quanto Adler e Barnett (1998) afirmam a manutenção das expectativas de mudança pacífica, onde os integrantes da comunidade não mais consideram a preparação para a guerra entre si. A mudança pacífica pode ser vista tanto nos documentos nacionais de Defesa brasileiros e argentinos, como também no discurso dos presidentes[22]: no caso do Brasil, este afirma em seus documentos que não há preocupações de uma ameaça estatal vizinha, enquanto que os documentos da Argentina consideram a América Latina uma região livre de conflitos de grandes proporções – o que possivelmente envolveria o Brasil[23] – além de afirmar a superação de hipótese de um conflito bilateral militarizado. No âmbito dos discursos, principalmente naqueles encontrados durante o período dos governos Lula e de suas contrapartes argentinas – Néstor Kirchner e Cristina Kirchner – são ressaltadas a superação de desconfianças e a necessidade de atuar conjuntamente para que os países tenham maiores benefícios com a inserção internacional.

Além disso, o compartilhamento de informações também está relacionado à mudança pacífica. A realização de exercícios conjuntos também seria uma condição que indica esta mudança, já que países com expectativas ou receios de conflito entre si não permitiriam a visita de forças armadas de um país hostil, já que este teria conhecimento sobre como funcionam as operações do país sede de tais exercícios. Durante 2010 e 2011 foram realizados 11 exercícios conjuntos, como mostra o quadro 1 abaixo. Estes exercícios envolvem não apenas o estreitamento de amizade como também o intercâmbio de

[22] Os discursos dos presidentes da Argentina e do Brasil analisados neste trabalho podem ser encontrados no apêndice.
[23] De acordo com o Military Power Review, no período entre 2011 e 2012 o Brasil teve a maior capacidade militar na América do Sul, enquanto que a Argentina ocupou a sexta posição neste *ranking*. Disponível em <http://www.militarypower.com.br/ranking.htm>. Acesso em 22 fev. 2014.

informações e experiências operacionais, os quais indicam que há confiança mútua entre ambos.

Quadro 1: Lista de exercícios conjuntos com participação de Brasil e Argentina (2009-2011)

Nome	Forças Armadas	Participantes	Objetivo
Aspirantex	Marinha	Brasil, Uruguai e Argentina	Aprimorar o adestramento de meios e estreitar os laços de amizade.
Pamparex		Brasil, Uruguai e Argentina	Adestrar meios e estreitar os laços de amizade.
Diplomex II		Brasil, Uruguai e Argentina	Adestramento e estreitamento de laços de amizade.
Unitas LI		Brasil, Argentina, México e EUA	Adestramento e estreitamento de laços de amizade.
Unitas LII (Fase I e II)		Brasil, Argentina, México e EUA	Adestramento e estreitamento de laços de amizade.
Fraterno XXIX		Brasil e Argentina	Adestramento em operações de ataque, antissub-marino, esclarecimento e de apoio logístico.
Fraterno XXVIII		Brasil e Argentina	Adestramento em operações de ataque, antissub-marino, esclarecimento e de apoio logístico.
Acrux V		Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai	Realizar operação combinada e estreitar laços de amizade.
Cruzex V	Força Aérea	Argentina, Brasil, Chile, França, EUA, Uruguai e Venezuela	Planejar e treinar operações combinadas, bem como promover a cooperação militar.
Plata VI		Brasil e Argentina	Monitoramento do espaço aéreo argentino.
Guarani	Exército	Brasil e Argentina	Não disponível.

Fonte: elaboração própria a partir do Livro Branco de Defesa Nacional (Brasil, 2012) e do Libro Blanco de La Defensa (Argentina, 2010).

Outro indicador que pode apontar a existência de uma possível comunidade de segurança seria a verificação de três condições principais nas relações entre os membros desta. A primeira, de acordo com Deutsch (1978), seria a compatibilidade de valores políticos entre os membros. Isso pode ser visto, por exemplo, nos discursos dos presidentes e nas declarações conjuntas entre Brasil e Argentina, sendo estes valores: i) da democracia e proteção desta; ii) os princípios de não invervenção e respeito ao direito internacional e à soberania para a manutenção da paz. Além disso, há a percepção da necessidade de uma identidade regional em Segurança e Defesa com “pensamento estratégico autônomo”, ainda que em âmbito multilateral, com a evolução da UNASUL e do Conselho de Defesa

Sul Americano (CDS-UNASUL)[24]. Merece destaque no âmbito do CDS a criação do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED), cuja sede se localiza em Buenos Aires. Criado em 2011, este órgão é responsável pela harmonização de políticas de Defesa na América do Sul[25].

A segunda condição para verificação da existência da comunidade pluralística seria a capacidade de resposta de um Estado às mensagens, necessidades e ações dos membros da comunidade. Essa capacidade de resposta pode ser vista através de um mecanismo de reuinões entre os presidentes do Brasil e Argentina a cada 90 dias, além de reuniões entre os ministros de Indústria e Comércio, Relações Exteriores, e de economia a cada 45 dias[26].

Por último, a terceira condição identificada por Deutsch (1978) implica a previsibilidade do comportamento político. Na comunidade entre Brasil e Argentina, esta condição pode ser verificada por meio das organizações bilaterais, as quais, caso superada a fase nascente, não mais exercem função de fiscalização para o cumprimento dos compromissos, como é o caso da ABACC e da COBEN no campo nuclear e do Grupo de Trabalho Conjunto de Defesa. A ABACC atualmente visa a transparência a fim de demonstrar à comunidade internacional o compromisso do Brasil e da Argentina com a não proliferação, para que não seja impedido o acesso destes a tecnologias nucleares. Os países também se utilizam desta organização para coordenar seu posicionamento em fóruns internacionais sobre este tema, além de buscar promover o desenvolvimento conjunto. Já a COBEN, esta é foi a responsável pela elaboração de projetos nas áreas de reatores e rejeitos nucleares, ciclo de combustível, aplicações nucleares e regulação, como mostra a segunda declaração conjunta assinada em 2008.

Outra organização que merece destaque é o Grupo de Trabalho Conjunto de Defesa, cujo objetivo também é de pesquisa, desenvolvimento e produção nesta matéria. De acordo com a "Declaração Conjunta da Visita de Estado do Presidente Lula" assinada em Buenos Aires em 2008, foi estabelecido um cronograma de reuniões no período de fevereiro a outubro do mesmo ano. Estas reuniões envolveram a nomeação para a

---

[24]EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. "Ministros da Defesa do Brasil e da Argentina discutem aliança regional". EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. 05/09/2011. Disponível em <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-09-05/ministros-da-defesa-do-brasil-e-da-argentina-discutem-alianca-regional>. Acesso em 21/02/2014.

[25] Ver o "Relatório do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa do Conselho de Defesa Sul-Americano, a espeito do Crime Organizado Transnacional e Outras Novas Ameaças para a Segurança Regional" e o "Relatório Final: Desenho de uma Metodologia comum de Medição de Gastos de Defesa".

[26] Casa Rosada. "Palabras de la presidenta Cristina Fernández en el almuerzo con el presidente de la República Federativa de Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva". Disponível em <http://www.casarosada.gov.ar/component/content/article/3638>. Acesso em 21/02/2014.

Subcomissão Binacional para o Projeto Gaúcho, a coordenação de atividades técnicas e administrativas e definição do escopo do projeto, do orçamento e da parcela que ambos deveriam fornecer. Além disso, esta declaração mostra que também estava prevista uma reunião para avaliação de projetos aeronáuticos de interesse comum, no âmbito da Defesa.

Baseado no conjunto de condições necessárias para composição de uma comunidade de segurança, é visível a existência desta em âmbito bilateral. Para complementar esta análise, serão utilizados as condições fornecidos por Adler e Barnett (1998) para identificação do tipo da comunidade Brasil-Argentina de acordo com o grau de agregação (*loosely-coupled* ou *tightly-coupled*). Além disso, os autores identificam três estágios de uma comunidade de segurança: nascente, ascendente e amadurecida, sendo que nesta última é possível diferenciar os tipos ideais. Essas diferenciações são necessárias porque os indicadores apontados por Deutsch davam maior foco a fluxos transnacionais, o que dificulta a análise de relações baseadas em valores ou reciprocidade. No quadro abaixo estão definidas as condições para cada estágio:

Quadro 2: condições das fases da comunidade de segurança pluralístca

Fase 1: Nascente	Fase 2: ascendente	Fase 3: amadurecida
▪ não há intenção explícita de criar uma comunidade de segurança; ▪ objetivos iniciais de coordenar ações para aumentar a segurança mútua, diminuir custos de intercâmbio e incentivar interações posteriores; ▪ importância de uma terceira parte (organizações) para o fortalecimento da confiança mútua;	▪ redes de comunicação mais densas; ▪ novas instituições para coordenação da cooperação na esfera militar; ▪ menor importância e transformação do papel das organizações de monitoramento; ▪ importância do aprendizado social; ▪ compartilhamento de informações no campo militar.	▪ distinção entre comunidades *loosely-coupled* e *tightly-coupled*; ▪ presença de fato da identidade compartilhada; ▪ comunidade *loosely-coupled:* maior consenso nos processos de tomada de decisão; fronteiras desmilitarizadas; mudanças no planejamento militar; definição de ameaça comum; discurso e linguagem da comunidade; ▪ comunidade *tightly-coupled*: segurança cooperativa e coletiva; alto nível de integração militar; coordenação de políticas contra ameaças internas; movimentação livre de pessoas; internacionalização de autoridade; compartilhamento de regras em níveis nacional, transnacional e supranacional.

Fonte: elaboração própria a partir da literatura de Adler e Barnett (1998).

No estágio nascente da comunidade pluralística, não está visível a intenção de sua criação, porém estão evidentes os mecanismos de desencadeamento de sua formação. Também é necessário a vigilância de uma organização internacional para o estabelecimento de confiança. Acredita-se que a comunidade bilateral entre Brasil e Argentina superou esta fase, já que as organizações e mecanismos bilaterais estabelecidos por estes atualmente não têm como objetivo principal a garantia do cumprimento de obrigações. Como mencionado anteriormente, entre as funções atuais da ABACC estão a coordenação de posições nos fóruns multilaterais e promover a transparência perante a comunidade internacional, enquanto que as reuniões do Grupo de Trabalho Conjunto de Defesa visam a cooperação em pesquisa e desenvolvimento na produção de material bélico.

A comunidade de segurança entre Brasil e Argentina se encontraria, portanto, no nível ascendente. Nessa fase, conforme Adler e Barnett (1998), redes de comunicação mais densas e novas instituições refletem o aumento da confiança mútua e da reciprocidade, o que ajuda a tornar permanentes as expectativas de mudança pacífica e as percepções de progresso através da atuação combinada. Nota-se que no caso desta comunidade bilateral, a comunicação se tornou mais densa através do Grupo de Trabalho Conjunto de Defesa, no qual os países trabalharam para elaborar projetos de pesquisa e desenvolvimento neste setor, tendo êxito na produção do veículo Gaucho. Além disso, também devem ser mencionados a construção do Satélite Argentino-Brasileiro de Observação dos Oceanos (Sabiá-Mar) – o qual deve ser lançado até 2015 – e a parceria estratégica entre a EMBRAER e a FAdeA. A edição de 2010 do Livro Branco argentino aponta as negociações para que a FAdeA seja fornecedora de peças para a EMBRAER, além da elaboração de projetos comerciais e do desenvolvimento de um avião de transporte militar.

A fase ascendente também pressupõe a interdependência nas decisões militares dos Estados, o compartilhamento de informações e a transformação do papel das organizações de monitoramento – esta última mostrada anteriormente. Sobre os primeiros, tais condições podem ser vistas na presença de militares brasileiros na Argentina e militares argentinos no Brasil – expostas no quadro 3 abaixo – bem como nos exercícios conjuntos. No âmbito da Marinha, os exercícios bilaterais entre Argentina e Brasil, apontados pelo Livro Branco deste, têm o objetivo de adestramento em operações de ataque, antissubmarino, esclarecimento e apoio logístico, enquanto que os exercícios multilaterais que ambos participaram também buscam o treinamento e estreitamento de amizade. Os exercícios no

âmbito da Força Aérea, ambos multilaterais, tiveram o objetivo de treinamento para operações de ajuda humanitária (exercício Cooperación), e também de planejamento e treinamento de operações combinadas (Cruzex V). Há também o exercício Guaraní, realizado entre os exércitos brasileiro e argentino em 2009, e em 2012 foi realizada a operação Guarani, a qual propôs uma simulação de guerra convencional entre estes.[27]

Quadro 3: Militares brasileiros na Argentina e militares argentinos no Brasil

Forças Armadas	Militares brasileiros na Argentina	Militares argentinos no Brasil
Marinha	34	22
Exército	51	134
Força Aérea	13	15
Total	98	171

Fonte: elaboração própria a partir do Livro Branco de Defesa Nacional (Brasil, 2012)

Sobre o compartilhamento de informações pode ser citado, por exemplo, a contribuição brasileira para a força-tarefa argentina de monitoramento do espaço aéreo "Fortín", a qual conta com informações compartilhadas por radares de vigilância brasileiros. Além disso, o intercâmbio militar – tanto por meio dos exercícios, quanto através da presença de militares argentinos no Brasil e vice-versa – faz parte de um processo de aprendizado social, pois de certa forma possibilita que os atores conheçam não apenas o interesse, como também a visão de mundo de sua contraparte e, portanto, contribui para a consolidação da confiança mútua e para a formação de uma identidade coletiva.

Embora este trabalho argumente que a comunidade bilateral se encontra na segunda fase, também podem ser reconhecidos algumas das condições da fase amadurecida, porém com baixo grau de agregação (*loosely-coupled*). Condições como fronteiras desmilitarizadas, mudanças no planejamento militar e um discurso comum podem ser vistas nas relações entre Brasil e Argentina. Sobre o primeiro, a desmilitarização das fronteiras brasileiras com a Argentina é vista nos objetivos da END (2008), que visa uma maior presença das Forças Armadas nas fronteiras da região amazônica e no Atlântico Sul.

As mudanças no planejamento militar, segundo Adler e Barnett (1998), implicam a não inclusão de membros da comunidadede segurança como ameças no planejamento dos

[27]DEFESANET. "Br-Ar – Operação Guarani tem início em solo argentino". DEFESANET. 25/06/2012. Disponível em <http://www.defesanet.com.br/terrestre/noticia/6528/BR---AR---Operacao-Guarani-tem-inicio-em-solo-argentino>. Acesso em 21/02/2014.

piores cenários. Isso pode ser visto nos documentos de Defesa de ambos, que apontam preocupações com novas ameaças interestatais ou ameaças interregionais, estas últimas relacionadas a preocupações com recursos naturais no Atlântico Sul (e no caso do Brasil, também há preocupações sobre recursos na Amazônia).

O discurso comum e os valores compartilhados podem ser vistos tanto nas declarações conjuntas quanto nos discursos dos presidentes. Durante o governo de Fernando Henrique, nota-se que nos documentos que Brasil e Argentina compartilhavam a percepção de parceria estratégica e a importância da integração, além da promoção da democracia. No mandato do presidente Lula nota-se um reforço destes valores, como é visto nos discursos dos presidentes do Brasil e da Argentina. Nestes, os presidentes destacam os valores da democracia, direitos humanos, soberania e respeito ao direito internacional. Os presidentes também ressaltam a superação das divergências bilaterais, a necessidade da integração para uma melhor inserção internacional, e a importância da liderança de ambos os países para consolidar a integração sul-americana no âmbito do MERCOSUL. Além disso, os presidentes acreditam que esta integração deve ocorrer não apenas no campo econômico, como também em âmbito social, de modo que esta seja capaz de reduzir as desigualdades sociais.

Por fim, em menor medida está presente a definição de uma ameaça comum, pois embora ambos compartilhem algumas ideias de ameaças em seus documentos – relacionadas aos recursos naturais no Atlântico Sul e ao surgimento das "novas ameaças", como mencionado anteriormente – estas não estão oficialmente definidas, sendo esta tarefa atualmente delegada ao CDS, a qual ainda não fora concluída[28].

Sobre a terceira fase com um maior grau de agregação, não se pode afirmar que suas condições estão presentes de forma efetiva na comunidade estudada. Embora de certa forma Brasil e Argentina compartilhem um mecanismo de segurança cooperativa por meio da UNASUL e do CDS, não estão definidos mecanismos de segurança coletiva, seja no âmbito bilateral ou multilateral. Outras condições, como a coordenação de políticas contra ameaças internas e a internacionalização de autoridade, também são vistos em menor medida, no âmbito destas organizações. Além disso, não houve uma transferência do uso da força para a comunidade bilateral. Uma condição desta fase que possa estar presente seria a livre circulação de pessoas proporcionada no âmbito do MERCOSUL, devido à

---

[28] De acordo com o "*III informe del director del Centro de Estudios Estratégicos de la Defensa a la reunión del Consejo Directivo del CEED*", elaborado em maio de 2013, o processo de identificação de riscos e ameaças comuns ainda está em andamento.

redução de barreiras para a locomoção, já que não é necessário a apresentação de passaporte para viajar para o Brasil ou Argentina, sendo aceitos registros de identidade civil dos cidadãos destes países.

Portanto, conclui-se que é visível a existência da comunidade de segurança pluralística entre Brasil e Argentina, já que foi possível a manutenção da paz por meio da continuidade de expectativas de mudança pacífica. Atualmente, estão evidentes em maior medida as condições do segundo estágio de desenvolvimento desta, como uma maior interação e compartilhamento de informações entre ambos, além da percepção do alcance de objetivos por meio da atuação conjunta. Essas condições apontam a confiança mútua na área militar, na qual, para Adler e Barnett (1998), residem os indicadores-chave da existência da comunidade de segurança. Além disso, pode-se afirmar que a comunidade bilateral possui um baixo grau de agregação (*loosely-coupled*), devido à verificação dos requisitos mínimos de uma comunidade de segurança e de certa governança informal por meio do compartilhamento de conhecimento e de uma identidade em formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao revisar o histórico do relacionamento Brasil-Argentina durante o século XX, é visível no comportamento de ambos dinâmicas de balança de poder e dilema de segurança. Dessa forma, seria impensável a cooperação bilateral e a construção de segurança mútua entre ambos de acordo com as teorias tradicionais, as quais consideram a cooperação em áreas de alta política – nesse estudo, Segurança e Defesa – impossível ou menos provável. No entanto, a corrente construtivista e as discussões sobre comunidade de segurança fornecem condições de mudança pacífica, sendo possível que os Estados mudem suas percepções e moldem identidades que conduzam à construção de confiança mútua.

Inicialmente, a identidade internacional do Brasil baseou-se nas aspirações ao desenvolvimento e na grandiosidade territorial do país. Como mostra Winand (2010), a formação desta identidade implicou na percepção brasileira sobre a Argentina como um rival na região, já que este país também apresentava uma identidade baseada em sua grandeza territorial e superioridade em relação a seus vizinhos. Havia então um choque de interesses entre ambos, o que influenciou na formação da identidade de ambos como rivais. Durante o início do século XX estava presente a expectativa de um conflito armado e as rivalidades eram incentivadas através dos discursos – no caso do ministro argentino Zeballos – além da industrialização brasileira gerar um dilema de segurança para a Argentina, já que posteriormente o Brasil adquirira capacidades para modernizar seus equipamentos militares, o que foi visto no período anterior à Segunda Guerra Mundial (WINAND, 2010).

No fim da década de 1950, Vidigal (2007) aponta o “ensaio de integração” entre Brasil e Argentina, porém esta não foi consolidada devido à ascensão de governos militares que buscaram aproximar-se dos Estados Unidos. Nota-se que na década de 1960 o relacionamento bilateral foi oscilante, com períodos de aproximação bilateral e afastamento em função de maior aproximação com os EUA. No fim desta década surgiram as divergências sobre a questão da construção da usina de Itaipu pelo Brasil, onde as considerações e receios argentinos sobre o efeito desta tinha caráter geopolítico, já que a usina contribuiria para o crescimento brasileiro e implicaria o estabelecimento da hegemonia do Brasil. Apenas em 1977, no governo de Perón, o caráter econômico das negociações sobre a usina superou as preocupações geopolíticas, tendo a Argentina se esforçado para não criar impasses em torno desta questão (VIDIGAL, 2007).

Dessa forma, na segunda metade da década de 1980 é visto o avanço da cooperação bilateral em questões sobre o controle de armas, tecnologia nuclear e criação de um mercado comum. A redemocratização nesta época, como mostra Hurrell (1998), contribuiu para este avanço, devido à maior transparência entre os governos argentino e brasileiro no período de redemocratização. Pode-se afirmar que, nesta época, a comunidade de segurança bilateral se encontrava em sua fase nascente, devido aos esforços dos presidentes para coordenação da cooperação a fim de incentivar interações posteriores com menores custos – no caso da formação de um mercado regional, por exemplo – além da necessidade de organizações para tal.

Portanto, a partir da análise dos documentos bilaterais entre Brasil e Argentina e dos documentos de Defesa nacionais encontrados no período de 1996 a 2010, foi possível identificar condições recentes de uma comunidade de segurança pluralística entre esses países. Nestas declarações estão presentes indícios de uma comunidade em estágio ascendente, devido à mudança no papel fiscalizador das organizações (como a ABACC) e uma rede de comunicação mais densa – o que pode ser visto nos esforços do Grupo de Trabalho Conjunto de Defesa – além do estabelecimento de maior frequência de reuniões entre os presidentes e de ministros de alguns setores. Também deve ser mencionado o avanço no intercâmbio de informações, como a cooperação para o monitoramento do espaço aéreo argentino, o desenvolvimento de projetos conjuntos na indústria bélica e no setor espacial, e a realização dos exercícios conjuntos e do intercâmbio de militares entre os países. Este intercâmbio militar faz parte de um processo social que favorece a consolidação da confiança mútua e a formação de identidades.

Durante a formação da comunidade bilateral, é necessário a presença de três camadas para o estabelecimento da mudança pacífica. A primeira camada, segundo Adler e Barnett (1998), diz respeito às condições precipitantes, que são fatores que contribuem para que os Estados coordenem suas ações. Como mostra Winand (2010), os entendimentos sobre Itaipu – e dessa forma, o início da extinção de rivalidades – foram favorecidos pela crise nos países latino-americanos, e dessa forma, esta seria uma condição precipitante. Adler e Barnett (1998) apontam que esta primeira camada não cria expectativas de confiança mútua ou criação de identidade, porém incentiva interações futuras ao promover as condições necessárias para que estas ocorram.

A segunda camada é composta pela relação entre a estrutura regional (poder e conhecimento) e os processos sociais (organizações e aprendizado social). Ou seja, Adler e

Barnett (1998) afirmam que é visível a transformação do ambiente social através da interação entre os Estados. O relacionamento entre Brasil e Argentina durante a segunda metade da década de 1980 refletiu esta transformação, por meio da comunicação favorecida pela redemocratização de ambos e da convergência de pensamento sobre a inserção internacional através de maiores vínculos com a América Latina (CANDEAS, 2010). Esta camada também inclui processos sociais como o intercâmbio – econômico, tecnológico, político, etc. – organizações e aprendizado social. Nesse período, como mostra Candeas (2010), houve um aumento de visitas presidenciais para tratar de assuntos econômicos e de política nuclear.

Por fim, a terceira camada diz respeito à confiança mútua e formação de identidade coletiva. Esta camada se forma através de condições fornecidas pelas duas primeiras camadas. Durante o período 1995-2010 – especialmente a partir de 2003 – é visto que o relacionamento entre Brasil e Argentina no âmbito da Defesa baseia-se na confiança mútua, devido à presença de condições como compartilhamento de informações militares e atuação combinada – tanto nos exercícios conjuntos entre as Forças Armadas, como na coordenação de posicionamento em fóruns internacionais. A respeito da identidade coletiva, os países se empenham em mostrar que há uma identidade em relação à política nuclear, baseada na transparência e na não proliferação de armas nucleares. Embora as organizações tiveram um papel importante para a construção da confiança e formação de identidade, a interação e o intercâmbio entre os países foram os fatores principais para sua consolidação.

A respeito das hipóteses secundárias, é possível afirmar que estas também são confirmadas. A primeira hipótese, a qual argumenta que a superação de desconfianças e o descarte do uso da guerra contribuíram para a cooperação em áreas de “alta política” faz parte da expectativa de mudança pacífica. A superação das desconfianças entre Brasil e Argentina deu início à aproximação na década de 1980, a qual evoluiu e permitiu com que os países não mais considerassem a hipótese de conflito armado. Dessa forma, ambos puderam cooperar em áreas como cooperação nuclear – a qual teve início no fim da década de 1980 – bem como na área de intercâmbio de conhecimento e informações, o que pode ser visto através dos exercícios conjuntos e na cooperação em setores da indústria bélica.

A segunda hipótese previa que a continuidade da cooperação pode ser explicada através da busca do cumprimento dos objetivos determinados nos documentos de Defesa do Brasil e da Argentina, o que ajuda a indicar a existência da comunidade de segurança.

Nota-se que, para ambos, os setores prioritários para a Defesa nacional são o cibernético, o espacial e o nuclear. A cooperação no setor nuclear tem evoluído desde o fim da década de 1980, além do avanço no setor espacial com a produção e projeção do satélite de observação dos oceanos. No entanto, não foram encontrados documentos sobre a cooperação em ciberespaço.

REFERÊNCIAS

ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael. Security communities in theoretical perspective. In: ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael (Ed). **Security Communities.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

_______; _______. A framework for the study of security communities. In: _______; _______ (Ed). **Security Communities.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

AMARAL JR, Alberto do. **Noções de Direito e Direito Internacional.** Brasília: FUNAG, 2008.

ARGENTINA. Ministerio de Defensa. **Libro Blanco de la República Argentina.** Buenos Aires, 1999. Disponível em <http://www.oas.org/csh/spanish/documentos/libro%20blanco%20de%20defensa.doc>. Acesso em: 22 dez. 2013.

ARGENTINA. Ministerio de Defensa. **Libro Blanco de la Defensa**. Buenos Aires, 2010. Disponível em <http://www.mindef.gov.ar/libro_blanco/Libro_Blanco_de_la_Defensa_2010-FeDeErratas.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2013.

BRASIL. Ministério da Defesa. **“Estratégia Nacional de Defesa”**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2013.

_______. Ministério da Defesa. **“Livro Branco de Defesa Nacional”**. Brasília, 2012. Disponível em <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf />. Acesso em: 20 dez. 2013.

_______. Ministério da Defesa, **“Política de Defesa Nacional”**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.oas.org/csh/spanish/doclibrdefBras.asp>. Acesso em: 20 dez. 2013.

_______. Ministério da Defesa, **“Política de Defesa Nacional”**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm>. Acesso em: 20 dez. 2013.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and powers**: the structure of international security. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CANDEAS, Alessandro. **A integração Brasil-Argentina**: história de uma ideia na “visão do outro”. Brasília: FUNAG, 2010.

CANDEAS, Alessandro. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 48, n. 1, p. 178-213, 2005.

CDS-CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO; UNASUL. **Relatório do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa do Conselho de Defesa Sul-Americano, a respeito do Crime Organizado Transnacional e Outras Novas Ameaças para a Segurança Regional**. Disponível em <http://www.ceedcds.org.ar/Portugues/09-Downloads/PORT
CRIMEN_ORGANIZADO.pdf>. Acesso em: 25fev de 2014.

CDS-CONSEJO DE DEFENSA SURAMERICANO; UNASUR. **Relatório Final**: **Desenho de uma Metodologia comum de Medição de Gastos de Defesa**. Disponível em: <http://www.ceedcds.org.ar/Portugues/09–Downloads/PORT-Metodologia_Comun.pdf>. Acesso em: 25 fev. de 2014.

CEED-CENTRO DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS DE LA DEFENSA; UNASUR. **III informe del director del Centro de Estudios Estratégicos de la Defensa a la reunión del Consejo Directivo del CEED.** Disponível em: <http://www.ceedcds.org.ar/Espanol/09-Downloads/INFORME_DIRECTOR_CEED_
CDS_LIMA_MAYO_2013.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2014.

DEUTSCH, Karl, *et al*. **Political community at the international level:** problems of definition and measurement. New York: Doubleday, 1954.

DEUTSCH, Karl. **Análise das Relações Internacionais.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1978.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Editora 34, 2004.

GEORGE, Alexander L.; BENNETT, Andrew. **Case studies and theory development in the social sciences.** Cambridge (Mass.): MIT Press, 2005.

GRANATO, Leonardo. As relações bilaterais argentino-brasileiras no quadro da integração regional: de um quadro de rivalidade ao despertar de uma efetiva cooperação. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos,** América do Norte, 1, set. 2012. Disponível em: <http://cadernos.iesp.uerj.br/index.php/CESP/article/view/54/66>. Acesso em: 1 dez. 2013.

KACOWICZ, Arie M. Case Study Methods in International Security Studies. In: SPRINZ, Detlef F.; WOLINSKY, Yael. **Cases, Numbers, Models:** International Relations Research Methods. Michigan: University of Michigan, 2004.

KEOHANE, Robert. **After Hegemony**: cooperation and discord in the world political economy. Princeton: Princeton University Press, 1984.

HURRELL, Andrew. An emerging security community in South America? In: ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael (Ed). **Security Communities.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

LANDMAN, Todd. **Issues and Methods in Comparative Politics**: An Introduction. London and New York: Routledge, 2008.

MÜLLER, Harald. Security Cooperation. In: CARLSNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, Beth A. (Ed.). **Handbook of International Relations.** London: Sage, 2002.

PENHA, Eli A. **Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul.** Salvador: EDUFBA, 2011.

SMOUTS, Marie-Claude. A cooperação internacional: da coexistência à governança mundial. In SMOUTS, Marie-Caude (Org). **As novas relações internacionais:** práticas e teorias. Brasília: UnB, 2004.

MARRA, Teresinha. Integração latinoamericanae sua inserção no mundo globalizado. **Revista Mosaico**, vol.1, n.2, p.245-260, 2008.

SPEKTOR, Matias. Ideas Driving Brazil’s Regional Policy. Fundação Getúlio Vargas. **German Institute of Global and Area Studies (GIGA)**. Hamburgo, 2008.

VIDIGAL, Carlos E. **Relações Brasil-Argentina**: a construção do entendimento. 2007. 338 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

WINAND, Érica**. Diplomacia e Defesa na Gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). História e Conjuntura na Análise das Relações com a Argentina.** 2010. 271 f. Tese (Doutorado em História e Cultura Política). Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca, 2010.

APÊNDICE

Apêndice 1: Acordos assinados entre os países do Cone Sul no período de 1996 a 2010

Data	Parceiro	Situação	Título do Documento
1996	Argentina	Vigente	Declaração Conjunta
1997	Argentina	Vigente	Declaração Conjunta
1997	Argentina	Vigente	Declaração Conjunta por ocasião do 5º aniversário da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC)
1997	Argentina	Vigente	Comunicado Conjunto
2002	Argentina	Vigente	Acordo de Cooperação entre Brasil e Argentina para o Combate ao Tráfego de Aeronaves Supostamente Envolvidas em Atividades Ilícitas Internacionais
2005	Argentina	Vigente	Declaração Conjunta sobre Cooperação Nuclear
2005	Argentina	Vigente	Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa entre Brasil e Argentina.
2005	Argentina	Vigente	Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica na Área da Tecnologia Militar
2008	Argentina	Vigente	Declaração Conjunta da Visita de Estado do Presidente Luís Inácio Lula da Silva a Buenos Aires
2008	Argentina	Vigente	Declaração Conjunta - visita de Estado ao Brasil da Presidenta Cristina Fernandez de Kirchner
2010	Argentina	Vigente	Declaração Conjunta sobre cooperação nuclear
2000	Chile	Vigente	Declaração Conjunta dos Presidentes do Brasil e do Chile
2000	Chile	Vigente	Declaração na Area da Defesa
2002	Chile	Vigente	Declaração Conjunta
2007	Chile	Vigente	Declaração Conjunta
2007	Chile	Vigente	Acordo entre o Brasil e o Chile sobre Cooperação em Matéria de Defesa
1995	Paraguai	Vigente	Acordo Relativo à Cooperação Militar entre Brasil e Paraguai
1998	Paraguai	Vigente	Comunicado Conjunto
2000	Paraguai	Vigente	Acordo de Cooperação Mútua para combater o tráfego de aeronaves envolvidas em atividades ilícitas transnacionais
2006	Paraguai	Vigente	Comunicado Conjunto dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e do Paraguai
2007	Paraguai	Em tramitação	Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa
2007	Paraguai	Vigente	Declaração sobre o mecanismo 2+2 de consulta e avaliação estratégica entre o MD e o MRE do Brasil e o MD e o MRE do Paraguai
2004	Uruguai	Vigente	Acordo de Cooperação Mútua - Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais
2010	Uruguai	Em tramitação	Acordo sobre Cooperação no Âmbito da Defesa entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai
2004	Mercosul	Em tramitação	Memorando de Entendimento para o Intercâmbio de Informações sobre a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Relacionados entre os Estados Partes do Mercosul

Fonte: elaboração própria a partir do site http://dai-mre.serpro.gov.br.

Apêndice 2: Discursos dos presidentes do Brasil e da Argentina (1995-2010) analisados neste trabalho

País	Presidente	Discurso	Ano
Brasil	Fernando Henrique Cardoso	Palavras por ocasião de encontro com o Presidente da Argentina, Carlos Saúl Menem	1997
		Discurso na cerimônia de encerramento do Mercosur Economic Forum	1997
		Discurso na cerimônia de encerramento da Reunião Empresarial Brasil-Argentina	1997
		10 de dezembro de 1998 – Discurso na cerimônia de lançamento do livro Brasil-Argentina: centenário de duas visitas	1998
		Discurso no jantar oferecido ao Presidente Carlos Saúl Menem, da República da Argentina	1999
		Discursona cerimônia deassinatura de atos entre Argentina e Brasil	2002
	Luís Inácio Lula da Silva	Palavras do Presidente da República, na visita do Presidente da Argentina, Eduardo Duhalde	2003
		Discurso do Presidente da República na cerimônia de encerramento do XVIII Encontro de Chefes de Estado e Governo do Grupo do Rio	2003
		Declaração à imprensa durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente da Argentina	2003
		Discurso do Presidente da República na sessão do Parlamento argentino em homenagem ao Brasil	2003
		Discurso do Presidente da República na abertura da Conferência Internacional Democracia na América Latina	2004
		Discurso do Presidente da República na Segunda Sessão da IV Cúpula das Américas	2005
		Declaração à Imprensa do Presidente da República após assinatura de Atos, por ocasião da visita de Estado à Argentina	2005
		Discurso do Presidente da República por ocasião da visita de Estado do Presidente da Argentina, Néstor Kirchner	2006
		Discurso do Presidente da República por ocasião do encerramento da XXX Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul	2006
		Discurso do Presidente da República por ocasião do Foro Consultivo de Municípios, Estados, Províncias e Departamentos do Mercosul	2007
		Discurso do Presidente da República por ocasião de almoço oferecido pela presidente da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner	2008
		Discurso do Presidente da República durante Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado do Mer-	2008

		cosul e Estados Associados	
Brasil	Luís Inácio Lula da Silva	Discurso do Presidente da República durante a cerimônia de abertura do Encontro Empresarial Brasil-Argentina, com a presença da presidente da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner	2008
		Discurso do Presidente da República durante almoço oferecido pela presidente da Argentina, Cristina Kirchner	2009
		Intervenção do Presidente da República durante a reunião extraordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul)	2009
		Discurso do Presidente da República por ocasião da visita da presidente da Argentina	2009
		Declaração à imprensa concedida pelo Presidente da República após o velório do ex-presidente da Argentina, Néstor Kirchner	2010
Argentina	Néstor Kirchner	Palabras del presidente en la comida ofrecida en honor del presidente de la República Federativa de Brasil, Luís Inácio Lula da Silva	2003
		Palabras del Jefe de Estado en Brasilia luego de su encuentro con el presidente Luís Inácio Lula da Silva	2006
		Palabras del presidente en su visita al Parlamento de la República Federativa de Brasil	2006
		Palabras del presidente de la nación en la Cumbre de Jefes de Estado y Presidentes del Mercosur, en la cuidad de Rio de Janeiro	2007
		Palabras del presidente de la nación en el acto de firma de acuerdos con la República Federativa de Brasil	2007
	Cristina Kirchner	Almuerzo en honor del presidente de Brasil	2008
		Palabras de la Presidenta en presentación del sistema de pago en moneda local entre Argentina y Brasil	2008
		Palabras de la presidenta de la nación en el acto de inauguración de la empresa IMPBA en el estado de Pernambuco, Recife, República Federativa de Brasil	2008
		Palabras de la presidenta en el almuerzo con el presidente de la República Federativa de Brasil	2009
		Palabras de la Presidenta argentina en acto de entrega del premio otorgado por Nueva Economia Fórum al presidente Brasil	2010

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Biblioteca da Presidência da República (Disponíveis em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes) e do site da Casa Rosada **(**Disponível em http://www.presidencia.gob.ar/discursos)